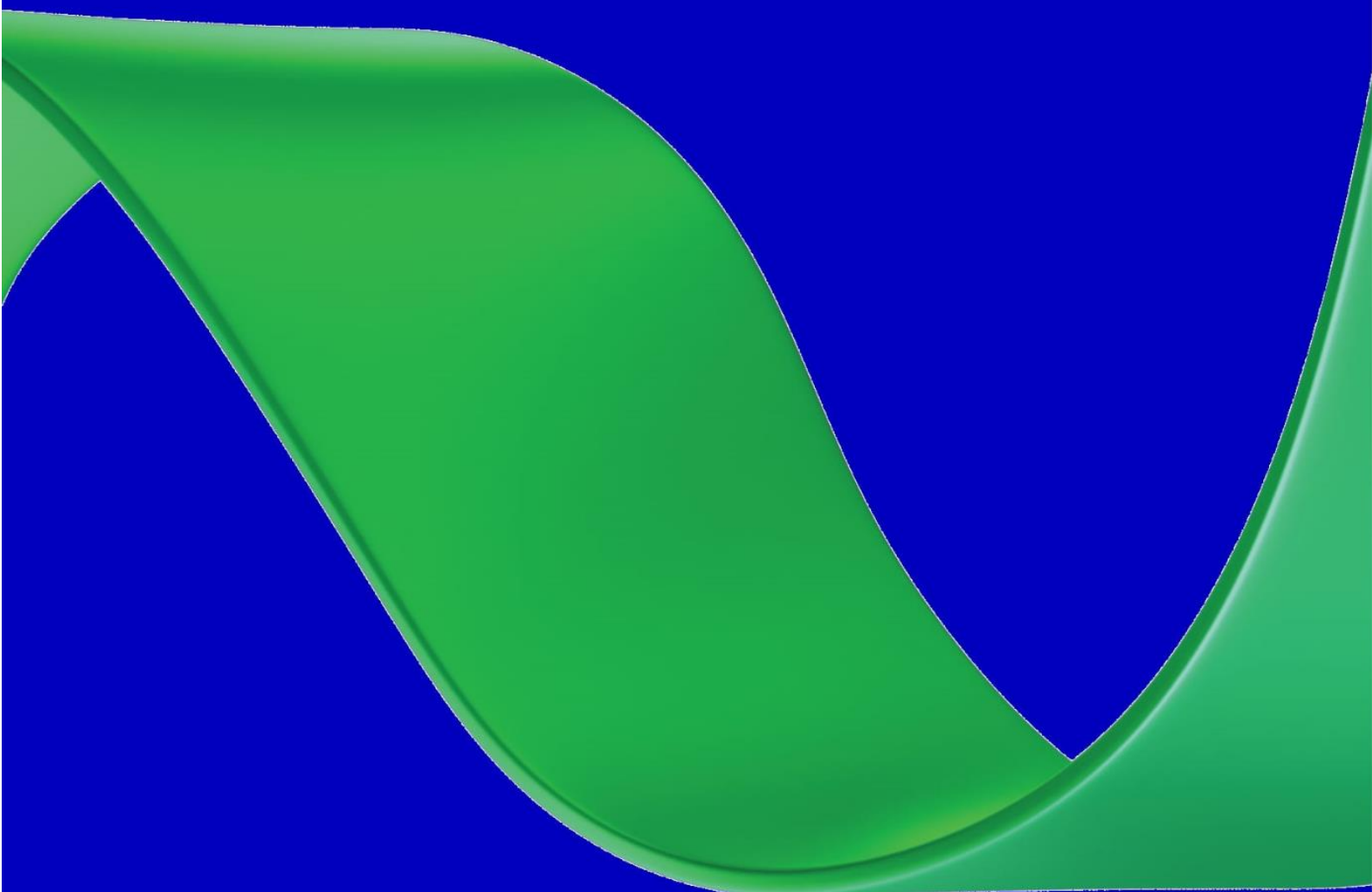


Votorantim Cimentos N/NE S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022**





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Votorantim Cimentos N/NE S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Votorantim Cimentos N/NE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Votorantim Cimentos N/NE S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras consolidadas

Conforme descrito na Nota 4.1, a Votorantim Cimentos S.A. elaborou suas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), apresentadas separadamente dessas demonstrações financeiras individuais, sobre as quais emitimos relatório de auditoria, sem modificação, com data de 1º de março de 2023. Essas demonstrações financeiras individuais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Votorantim Cimentos N/NE S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Votorantim Cimentos N/NE S.A.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 28 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2

Balço patrimonial.....	1
Demonstraço do resultado.....	2
Demonstraço do resultado abrangente.....	3
Demonstraço das mutaçoões do patrimõnio líquido.....	4
Demonstraço dos fluxos de caixa	5
Notas explicativas da Administração às demonstraçoões financeiras	6
1 Informaçoões gerais	6
2 Aprovaçoão das demonstraçoões financeiras	6
3 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2022.....	6
4 Base de elaboraçoão e apresentaçoão das demonstraçoões financeiras	6
5 Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	9
6 Gestão de riscos	11
7 Instrumentos financeiros por categoria	18
8 Caixa e equivalentes de caixa	21
9 Aplicaçoões financeiras	21
10 Contas a receber de clientes	22
11 Estoques	23
12 Tributos a recuperar	24
13 Partes relacionadas	25
14 Depósitos judiciais.....	26
15 Investimentos.....	27
16 Imobilizado	30
17 Intangível.....	33
18 Direito de uso em arrendamento.....	37
19 Empréstimos e financiamentos	39
20 Risco sacado a pagar	43
21 Imposto de renda e contribuiçoão social a recolher e diferidos	45
22 Provisões e depósitos judiciais	47
23 Uso de bem público.....	52
24 Plano de pensão	53
25 Patrimõnio líquido.....	56
26 Receita líquida de contratos com clientes.....	60
27 Abertura de despesas por natureza	61
28 Outras receitas operacionais, líquidas	61
29 Resultado financeiro, líquido.....	62
30 Compromissos de longo prazo	63
31 Eventos subsequentes.....	63

Votorantim Cimentos N/NE S.A.
Balanco patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais



Ativo	Nota	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8(b)	673.812	62.433	Empréstimos e financiamentos	19(b)	22.012	17.718
Aplicações financeiras	9(b)	77.024	34.202	Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)	54.164	45.180
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)	48	1.669	Arrendamentos	18(c)	4.322	11.765
Contas a receber de clientes	10(b)	155.617	118.767	Risco sacado a pagar	20	151.864	84.184
Estoques	11(b)	457.088	460.978	Fornecedores e outras contas a pagar		362.411	353.632
Tributos a recuperar	12(b)	121.782	249.150	Salários e encargos sociais		43.986	38.876
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		36.193	16.391	Tributos a recolher		45.252	25.550
Outros ativos		11.260	7.925	Adiantamento de clientes		10.905	7.035
				Dividendos a pagar	13(b)	57.762	34.409
				Uso de bem público	23(b)	54.932	50.344
				Outros passivos		77.408	21.353
Total do ativo circulante		1.532.824	951.515	Total do passivo circulante		885.018	690.046
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	19(b)	697.633	703.771
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)	164.676	178.996	Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)	136.897	107.256
Tributos a recuperar	12(b)	98.675	60.852	Arrendamentos	18(c)		620
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		326	326	Imposto de renda e contribuição social diferidos	21(c)	173.318	132.738
Partes relacionadas	13(b)	3.319	16.032	Partes relacionadas	13(b)	6.600	6.600
Depósitos judiciais	14(b)	102.434	86.926	Provisões e depósitos judiciais	22(b)	237.187	227.137
Benefícios de plano de pensão	24(b)	2.130	2.032	Uso de bem público	23(b)	656.858	661.860
Outros ativos		4.749	4.700	Outros passivos		77.267	10.157
		376.309	349.864			1.985.760	1.850.139
				Total do passivo		2.870.778	2.540.185
Investimentos	15(b)	63.975	64.012	Patrimônio líquido	25		
Imobilizado	16(b)	2.640.525	2.635.540	Capital social		335.906	335.906
Intangível	17(b)	426.111	431.902	Reservas de lucros		1.835.409	1.564.527
Direito de uso em arrendamento	18(b)	3.950	11.453	Ajustes de avaliação patrimonial		1.601	3.668
Total do ativo não circulante		3.510.870	3.492.771	Total do patrimônio líquido		2.172.916	1.904.101
Total do ativo		5.043.694	4.444.286	Total do passivo e patrimônio líquido		5.043.694	4.444.286

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2022	2021
Receita líquida de contratos com clientes	26(b)	3.207.677	2.587.445
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	27	(2.544.783)	(1.881.384)
Lucro bruto		662.894	706.061
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas	27	(106.517)	(91.197)
Gerais e administrativas	27	(62.014)	(71.879)
Outras receitas operacionais, líquidas	28	16.729	82.206
		(151.802)	(80.870)
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		511.092	625.191
Resultado de participações societárias			
Equivalência patrimonial	15(d)	(776)	(13.304)
Resultado financeiro líquido	29(b)		
Receitas financeiras		148.536	115.494
Despesas financeiras		(294.135)	(304.930)
Variações cambiais, líquidas		17.006	(40.281)
		(128.593)	(229.717)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		381.723	382.170
Imposto de renda e contribuição social	21(b)	(53.079)	2.915
Lucro líquido do exercício		328.644	385.085

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício		328.644	385.085
Outros componentes do resultado abrangente do exercício a serem posteriormente reclassificados para o resultado			
Participação de outros resultados abrangentes de investidas - reflexo	25(d)	233	(584)
		<u>233</u>	<u>(584)</u>
Outros componentes do resultado abrangente que não serão reclassificados para o resultado			
Remensuração com benefícios de aposentadoria	25(d)	(129)	(158)
Risco de crédito de dívidas avaliadas ao valor justo	25(d)	(2.171)	(11.368)
		<u>(2.300)</u>	<u>(11.526)</u>
Outros componentes do resultado abrangente do exercício		<u>(2.067)</u>	<u>(12.110)</u>
Total do resultado abrangente do exercício		<u>326.577</u>	<u>372.975</u>

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais

	Nota	Atribuível aos acionistas controladores							Patrimônio líquido
		Capital social	De incentivos fiscais	Legal	Retenção	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	
Em 1º de janeiro de 2021		218.324	1.357.593	161.246	164.103	(1.277)	15.778		1.915.767
Resultado abrangente do exercício									
Lucro líquido do exercício								385.085	385.085
Outros componentes do resultado abrangente	25(d)						(12.110)		(12.110)
							(12.110)	385.085	372.975
Distribuições para acionistas									
Aumento de capital social		117.582		(117.582)					
Cancelamento das ações em tesouraria			(1.277)			1.277			
Destinação do lucro líquido do exercício									
Constituição de reserva de incentivos fiscais	25(a)(v)		143.555					(143.555)	
Constituição de reserva legal	25(a)(iv)			19.254				(19.254)	
Dividendos prioritários de ações preferencias classe B	25(c)							(33.741)	(33.741)
Dividendos intercalares a partir do resultado do exercício corrente								(139.663)	(139.663)
Dividendos deliberados	25(c)							(47.134)	(47.134)
Dividendos intercalares a partir das reservas de anos anteriores					(164.103)				(164.103)
Retenção de lucros					1.738			(1.738)	
		117.582	142.278	(98.328)	(162.365)	1.277		(385.085)	(384.641)
Em 31 de dezembro de 2021		335.906	1.499.871	62.918	1.738		3.668		1.904.101
Em 1º de janeiro de 2022		335.906	1.499.871	62.918	1.738		3.668		1.904.101
Resultado abrangente do exercício									
Lucro líquido do exercício								328.644	328.644
Outros componentes do resultado abrangente	25(d)						(2.067)		(2.067)
							(2.067)	328.644	326.577
Destinação do lucro líquido do exercício									
Constituição de reserva de incentivos fiscais	25(a)(v)		191.989					(191.989)	
Constituição de reserva legal	25(a)(iv)			4.262				(4.262)	
Dividendos prioritários de ações preferenciais classe B	25(c)							(32.885)	(32.885)
Dividendos deliberados	25(c)							(24.877)	(24.877)
Retenção de lucros					74.631			(74.631)	
			191.989	4.262	74.631			(328.644)	(57.762)
Em 31 de dezembro de 2022		335.906	1.691.860	67.180	76.369		1.601		2.172.916

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 Em milhares de reais

	Nota	2022	2021
			Reapresentado Nota 4.5
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		381.723	382.170
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação, amortização e exaustão	27	180.159	172.127
Equivalência patrimonial	15(d)	776	13.304
(Ganho) perda líquido na venda de imobilizado e intangível	28	(430)	539
Provisão para perda de crédito esperada	10(c)	6.439	2.688
Provisão para obsolescência de estoques	11(c)	3.983	369
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	29(b)	95.131	(8.815)
Provisão de processos cíveis, trabalhistas, fiscais e ambientais	22(b)	19.949	665
Rendimentos sobre aplicações financeiras		(1.535)	(549)
Juros e encargos sobre uso de bem público	29(b)	42.287	120.603
Contratos futuros de energia - valor justo	28	113.505	267
Outros componentes do resultado financeiro		51.743	121.517
Demais itens que não afetam caixa		(16.039)	(71.112)
		877.691	733.773
(Acréscimo) decréscimo em ativos			
Contas a receber de clientes		(32.483)	1.337
Estoques		(93)	(162.928)
Tributos a recuperar		69.743	44.067
Partes relacionadas		12.161	(27.985)
Depósitos judiciais		(24.699)	(14.570)
Demais créditos e outros ativos		(3.482)	(9.157)
Acréscimo (decréscimo) em passivos			
Fornecedores e outras contas a pagar		8.779	37.915
Risco sacado a pagar		67.680	(22.474)
Salários e encargos sociais		5.110	2.265
Adiantamento de clientes		3.870	
Tributos a recolher		3.898	(40.160)
Pagamentos de processos tributários, cíveis e trabalhistas		(7.093)	(22.810)
Demais obrigações e outros passivos		9.660	6.254
Caixa proveniente das operações		990.742	525.527
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	19(d)	(30.127)	(25.423)
Juros pagos de UBP		(51.542)	(42.763)
Juros recebidos		295	1.265
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		909.368	458.606
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras		(44.408)	(5.940)
Resgate de aplicações financeiras		2.826	3.698
Recebimento pela venda de imobilizado e intangível		22.420	10.845
Aquisição de imobilizado e intangível		(200.352)	(162.942)
Pagamentos a partes relacionadas			(199.718)
Recebimentos de partes relacionadas		349	952.795
Efeito caixa das movimentações de capital em investidas	15(d)	(500)	(18.286)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimento		(219.665)	580.452
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captações de empréstimos e financiamentos	19(d)	19.962	181.533
Liquidação de empréstimos e financiamentos	19(d)	(11.973)	(864.014)
Liquidação de arrendamento	18(c)	(9.767)	(9.837)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)	(42.137)	88.995
Dividendos pagos	25(c)	(34.409)	(388.107)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(78.324)	(991.430)
Acréscimo em caixa e equivalentes de caixa		611.379	47.628
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		62.433	14.805
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		673.812	62.433
Principais transações que não afetaram o caixa			
Aquisição de investimento com emissão de ações			1.513.187
Ativos de direito de uso em contratos de arrendamento		1.080	320

1 Informações gerais

A Votorantim Cimentos N/NE S.A. ("Companhia" ou "VCNNE") têm como atividades principais: a produção e o comércio de portfólio completo de materiais pesados de construção, que inclui cimento, agregados, argamassa, calcário agrícola e outros, bem como serviços de matérias-primas e derivados, produtos semelhantes e relacionados, pesquisa, mineração, serviços de concreto pré-fabricado, transporte, distribuição e importação, coprocessamento para geração de energia e participação em outras empresas.

A Companhia é uma sociedade anônima com sede na cidade de Recife no Estado de Pernambuco, Brasil e atua nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.

A Companhia é controlada diretamente pela Votorantim Cimentos S.A. ("VCSA"), e indiretamente pela Votorantim S.A. ("VSA"), sociedade anônima de capital fechado, a qual é uma *holding* de investimento permanente capitalizada e com negócios de longo prazo, brasileira e de controle familiar.

2 Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 28 de março de 2023.

3 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2022

3.1 Impactos da invasão da Ucrânia pelo governo russo e das sanções à Rússia

A Companhia continua monitorando a situação atual do conflito militar, assim como, as sanções aplicadas à Rússia e países aliados, e suas potenciais implicações para seus negócios globais, inclusive a possibilidade de expansão de conflito para outros países atualmente não envolvidos. A Companhia não realiza negócios diretamente com a Rússia, Bielorrússia ou Ucrânia, e não há conhecimento de transações comerciais diretamente com as áreas, entidades e pessoas sancionadas. Ainda assim, o impacto econômico do conflito militar expõe a Companhia à pressão inflacionária global, por meio de aumentos de preços na cadeia de suprimentos, principalmente nos setores de energia e combustíveis.

Até o momento, a Companhia não identificou impactos relevantes nos seus negócios gerados pelo conflito. Sem prejuízo, permanece monitorando possíveis impactos adversos nas operações, no patrimônio e na posição financeira da Companhia decorrente de novas sanções e embargos, instabilidade geopolítica, disfunções na cadeia de suprimentos e efeitos adversos nas taxas de câmbio e nos mercados financeiros.

4 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

4.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, foram evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A preparação das demonstrações financeiras considerou o custo histórico como base de valor, exceto para determinados ativos e passivos financeiros, inclusive instrumentos derivativos, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios anteriores, exceto se indicado de outra maneira. As políticas contábeis das controladas são ajustadas, se necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas, com um resumo da base de reconhecimento e mensuração utilizada pela Companhia.

A Companhia não está apresentando demonstrações financeiras consolidadas de acordo com a isenção prevista no parágrafo 4 do CPC 36(R3) - Demonstrações Financeiras Consolidadas. Adicionalmente, a controladora direta Votorantim Cimentos S.A. efetua a emissão de demonstrações financeiras consolidadas no Brasil.

4.2 Novas normas e interpretações contábeis

4.2.1 Normas e interpretações contábeis adotadas

Uma série de novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2022 foram adotadas e não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

4.2.2 Normas e interpretações contábeis ainda não adotadas

(a) Alteração no CPC 32 / IAS 12 “Tributos sobre o lucro” (aplicável para períodos iniciados em 1º de janeiro de 2023)

A mudança requer o reconhecimento de impostos diferidos sobre as transações que dão origem ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo, resultando em valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis, como contratos de arrendamento ou obrigação de descomissionamento de ativos. A Companhia realizou uma análise sobre essas alterações e não identificou ajustes a serem realizados.

(b) Outras alterações

Outras normas, interpretações e alterações às normas contábeis foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e não foram adotadas antecipadamente. A Companhia entende que a adoção dessas normas, interpretações e alterações não gerará impacto material na preparação das demonstrações financeiras no exercício corrente e períodos futuros.

4.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (“R\$” ou “Reais”).

4.4 Operações com moeda estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas para suas respectivas moedas funcionais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação para os itens remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do fim do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado como variações cambiais líquidas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.5 Revisão das demonstrações financeiras de períodos anteriores

A Companhia revisou a movimentação das aplicações financeiras, reclassificação de partes relacionadas e abertura de novas linhas nos fluxos de caixa e em decorrência desta revisão, os seguintes reflexos na Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2021 foram reconhecidos:

	Conforme anteriormente apresentado	Agrupamento/ abertura de novas linhas	Movimentação de aplicações financeiras	Reclassificação de partes relacionadas	Revisado
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	382.170				382.170
Ajustes de itens sem efeito caixa					
Reversão de benefícios a empregados	(114)	114			
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos		(8.815)			(8.815)
Rendimentos sobre aplicações financeiras			(549)		(549)
Juros e encargos sobre uso de bem público	129.805	(9.202)			120.603
Contratos futuros de energia - valor justo		267			267
Outros componentes do resultado financeiro	108.784	12.733			121.517
Demais itens que não afetam caixa	118.694	(114)			118.580
	739.339	(5.017)	(549)		733.773
(Acréscimo) decréscimo em ativos					
Partes relacionadas	42.961			(70.946)	(27.985)
Demais créditos e outros ativos	(141.251)				(141.251)
Acréscimo (decréscimo) em passivos					
Demais obrigações e outros passivos	(38.743)	(267)			(39.010)
Caixa proveniente das operações	602.306	(5.284)	(549)	(70.946)	525.527
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(68.186)	42.763			(25.423)
Juros pagos de UBP		(42.763)			(42.763)
Juros recebidos	1.388		(123)		1.265
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	535.508	(5.284)	(672)	(70.946)	458.606
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aplicações financeiras	(2.914)		(3.026)		(5.940)
Resgate de aplicações financeiras			3.698		3.698
Aquisição de imobilizado e intangível	(168.226)	5.284			(162.942)
Pagamentos a partes relacionadas				(199.718)	(199.718)
Recebimentos de partes relacionadas	682.131			270.664	952.795
Demais itens das atividades de investimentos	(7.441)				(7.441)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	503.550	5.284	672	70.946	580.452
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(991.430)				(991.430)
Acréscimo em caixa e equivalentes de caixa	47.628				47.628
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	14.805				14.805
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	62.433				62.433
Principais transações que não afetaram o caixa	1.513.507				1.513.507

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados baseados na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão descritas a seguir.

5.1 Estimativa de valor justo

A Companhia divulga as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3 - Informações para o ativo ou passivo que não são baseados em dados de mercado observáveis (ou seja, dados não observáveis, para os quais o valor justo é determinado com base em técnicas de avaliação específicas).

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os ativos e passivos ao valor justo incluem:

- (i) Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- (ii) O valor justo de *swaps* de taxa de juros calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado;
- (iii) O valor justo dos contratos de câmbio futuros determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente; e
- (iv) A análise de fluxos de caixa descontados.

A Companhia usa seu julgamento para selecionar os melhores métodos e premissas baseando-se principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

5.2 Impairment de ágio e ativo não circulante

(a) Práticas contábeis

Ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização, e o teste de valor recuperável (*impairment*) é realizado, pelo menos, anualmente. Os ativos que estão sujeitos a depreciação / amortização passam por testes de *impairment* anualmente e / ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil do ativo pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida como despesa na rubrica de "Outras receitas operacionais, líquidas" (Nota 28) pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos quaisquer custos de venda ou seu valor em uso. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados no menor nível para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (unidades geradoras de caixa - UGC). Ativos não financeiros, exceto ágio, que sofreram *impairment*, são revisados subsequentemente para possível reversão da provisão de *impairment* na data do balanço.

O ágio resultante de combinação de negócios é alocado a uma UGC ou grupo de UGCs, sendo cada UGC ou grupo de UGCs o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de gestão interna.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Quando uma perda por *impairment* é revertida, o valor contábil do ativo ou UGC é modificado para corresponder a estimativa revisada de seu valor recuperável, mas de forma que o valor contábil revisado não exceda o valor contábil que teria sido determinado se nenhuma perda por *impairment* tivesse sido reconhecida para o ativo ou UGC em anos anteriores. A reversão de uma perda por *impairment* é reconhecida como receita na rubrica de “Outras receitas operacionais, líquidas” (Nota 28).

(b) Teste de *impairment*

Um teste de *impairment* é realizado pelo menos anualmente para todas as UGCs às quais possui ágio alocado, bem como para outras UGCs que não contêm ágio, mas apresentam indicadores de *impairment*. O valor recuperável é mensurado pelo modelo de fluxo de caixa descontado, e determinado a partir do valor em uso de cada UGC. O processo de estimativa desses valores envolve o uso de premissas, julgamentos e estimativas de fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Companhia.

Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa após os impostos com base no Planejamento Estratégico aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, cobrindo um período de cinco anos. Um período de até dez anos pode ser considerado em circunstâncias específicas, como crises econômicas, para refletir melhor o negócio e o ciclo econômico da UGC. Os fluxos de caixa na perpetuidade são calculados usando as projeções do último ano (com taxa de crescimento nula).

A Administração considerou como as principais premissas para calcular o valor recuperável das UGCs o preço e volume de venda projetados e a taxa de desconto. A Administração projetou o preço e o volume de vendas futuros com base no desempenho anterior e nas expectativas futuras de desenvolvimento do mercado. As taxas de desconto utilizadas são após os impostos e refletem riscos específicos relacionados à UGC que está sendo testada. A Companhia considerou as seguintes taxas de desconto antes dos impostos na realização dos testes: 9,46% em 2022 e 8,05% em 2021.

(c) Resultado do teste de *impairment*

Os testes de *impairment* efetuados para 31 de dezembro de 2022 e 2021 não resultaram em perdas a serem reconhecidas.

(d) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade para cada uma das premissas chave utilizadas na determinação do valor em uso de suas UGCs incluídas no teste de *impairment* para o exercício de 2022. A análise de sensibilidade foi realizada individualmente para cada premissa chave (preço de venda, volume e taxa de desconto).

Com base no resultado da análise de sensibilidade, a Administração concluiu que não há mudanças razoavelmente possíveis nessas premissas que resultariam no valor contábil das UGCs exceder significativamente seu valor recuperável estimado ou que poderia resultar em um *impairment* material para as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

5.3 Recuperabilidade de imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia está sujeita ao pagamento de impostos e contribuições sobre o lucro. São reconhecidas provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os saldos dos impostos diferidos ativos são periodicamente revisados para determinar sua recuperabilidade, considerando o lucro tributável futuro derivado da melhor estimativa da Administração de resultados futuros projetados, que são elaboradas e fundamentadas em premissas e julgamentos internos e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. As principais premissas consideradas nas projeções são o preço de venda e volume.

5.4 Provisões e contingências (Nota 22(b))

A Companhia é parte em processos de natureza tributária, cível, trabalhista e ambiental que se enquadram em instâncias diversas. As provisões judiciais contra resultados potencialmente desfavoráveis de litígios em curso são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais, e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

A provisão é constituída com base na melhor estimativa da perda provável, e é regularmente atualizada para refletir o valor do desenvolvimento dos litígios.

5.5 Obrigações com descomissionamento de ativos (Nota 22(b))

Os gastos relacionados ao descomissionamento da mina são registrados como *Asset Retirement Obligation* ("ARO"). As obrigações consistem principalmente em custos associados ao encerramento das atividades. O custo de desativação do ativo, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo subjacente e depreciado ao longo de sua vida útil. A Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas com os custos necessários para encerrar uma atividade de mineração e recuperar as áreas degradadas como sendo uma estimativa contábil crítica por envolver diversas premissas, como taxas de desconto, inflação e vida útil do ativo. Estas estimativas são revisadas anualmente pela Companhia. A taxa de desconto utilizada em 31 de dezembro de 2022 é de 7,63% a.a. (31 de dezembro de 2021 - 7,42% a.a.).

5.6 Plano de pensão (Nota 24(b))

O valor presente de obrigação ou direito do plano de assistência médica e plano de benefício definido dependem de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais e utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo líquido para os saldos das obrigações ou direito atuariais está a taxa de desconto, calculada com base nas taxas dos títulos de dívida do Governo. Os valores são designados na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações do plano de assistência médica e plano de benefício definido.

6 Gestão de riscos**6.1 Gestão de risco socioambiental**

A Companhia atua em diversos países e dessa forma, suas atividades estão sujeitas às legislações ambientais locais, estaduais, nacionais e internacionais, regulamentos, tratados e convenções, no tocante a regular a condução das atividades, estabelecendo medidas de mitigação, compensação, gestão e monitoramento de riscos, incluindo aquelas que regulam os deveres do titular do empreendimento e / ou atividade quanto às medidas de zelo e proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental podem levar a multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir a implementação de medidas técnicas de forma a assegurar o cumprimento dos parâmetros obrigatórios ambientais.

A Companhia periodicamente atualiza seus levantamentos de riscos socioambientais e tratam os riscos identificados por meio de ações de mitigação ou provisão de custos futuros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.2 Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: (a) risco de mercado (cambial e taxas de juros); (b) risco de crédito e (c) risco de liquidez.

Os produtos e serviços oferecidos pela Companhia são denominados em reais. No entanto, alguns ativos e passivos são denominados em moeda estrangeira, resultando em variação cambial. Adicionalmente, a Companhia possui dívidas atreladas a indexadores e moedas distintos, que podem impactar seu fluxo de caixa.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia adotou a política financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, com o objetivo de estabelecer governança e macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como os indicadores de mensuração e acompanhamento. O processo de gestão de riscos objetiva a proteção do fluxo de caixa contra eventos adversos do mercado financeiro, tais como oscilações de moedas e de taxas de juros, e contra eventos adversos de crédito de contrapartes financeiras. Adicionalmente, objetiva a gestão de alavancagem e outras exposições financeiras ou operacionais em linha com critérios de agências de *rating* para empresas consideradas *investment grade*. A política financeira da Companhia pretende preservar a liquidez da Companhia, diversificação de fontes de financiamento, acesso sem restrições ao mercado de capitais a custos competitivos e geração de valor aos acionistas.

Os seguintes instrumentos derivativos podem ser usados para proteção e gerenciamento de riscos: *swaps* convencionais, opções de compra (*calls*), opções de venda (*puts*), *collars*, contratos futuros (de moedas, taxas de juros ou *commodities*) e contratos a termo, conhecidos como NDF - *Non-Deliverable Forward* (de moedas, taxas de juros ou *commodities*). A principal diretriz da estratégia de *hedge* da Companhia segue operações que não envolvam instrumentos financeiros para fins especulativos ou operações que possam ser caracterizadas como alavancagem (ou seja, que a exposição ao fator de risco via derivativo seja maior do que o item protegido), e quaisquer outros instrumentos requerem aprovação do Conselho de Administração.

6.3 Risco de mercado
6.3.1 Risco cambial

O risco cambial da Companhia deve-se a exposição às oscilações das taxas de câmbio das moedas relevantes que compõem suas relações comerciais, operacionais e financeiras, e que consequentemente impactam seus fluxos de caixa ou resultados. Abaixo estão apresentados os ativos e passivos em moedas estrangeiras na data de fechamento das demonstrações financeiras:

	Nota	2022	2021
Ativos em moeda estrangeira			
Instrumentos financeiros derivativos (ii)	6.3.3	246.650	89.422
Contas a receber de clientes			451
		246.650	89.873
Passivos em moeda estrangeira			
Empréstimos e financiamentos (i)	19(b)	249.298	279.132
Instrumentos financeiros derivativos (ii)	6.3.3		53.780
Fornecedores		1.578	64.784
		250.876	397.696
Exposição líquida		(4.226)	(307.823)

(i) Custos de captação não estão considerados neste montante.

(ii) Os saldos dos instrumentos financeiros derivativos apresentados referem-se ao valor de referência (notional) dos instrumentos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.3.2 Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia surge principalmente de empréstimos e financiamentos de longo prazo. Os empréstimos e financiamentos emitidos a taxas variáveis e taxas fixas expõem a Companhia ao risco de fluxo de caixa e de valor justo, respectivamente, associado à taxa de juros. A Companhia divulga na Nota 19(b), a exposição à taxa de juros e instrumentos financeiros derivativos de proteção mantidos pela Companhia.

6.3.3 Instrumentos financeiros derivativos

(a) Políticas contábeis

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que o contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo com as variações lançadas no resultado na rubrica de instrumentos derivativos.

Todas as operações de instrumentos financeiros derivativos foram realizadas em mercados de balcão.

Programa de proteção de taxa de juros – instrumentos financeiros derivativos contratados com o objetivo de adequar a exposição as taxas LIBOR, taxa de dólar pré-fixada e ao IPCA (índice de preços do Brasil), para garantir a conformidade com os requerimentos estabelecidos na política financeira da Companhia. A proteção é realizada por meio de swaps.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma
(b) Composição

	Valor principal			2021			2022	Valor justo por vencimento				
			Unidade do principal	Total (líquido entre ativo e passivo)	Impacto no resultado financeiro	Perda realizada com efeito caixa	Outros resultados abrangentes	Total (líquido entre ativo e passivo)				2026 e acima
Programas	2022	2021							2023	2024	2025	
Hedge de taxas de juros e moedas												
Swaps taxa fixa em USD vs. taxa flutuante em CDI	50.000		USD milhares		(25.315)	12.633	(2.247)	(14.929)	(23.406)	(17.400)	(15.174)	41.051
Swaps taxa flutuante em IPCA vs. taxa flutuante em CDI	404.377	393.533	BRL milhares	(7.413)	(28.972)	24.977		(11.408)	(30.710)	(21.949)	(18.955)	60.206
Swaps taxa flutuante em LIBOR vs. taxa flutuante em CDI		50.000	USD milhares	35.642	(40.844)	4.527	675					
				28.229	(95.131)	42.137	(1.572)	(26.337)	(54.116)	(39.349)	(34.129)	101.257
Ativo circulante				1.669				48				
Ativo não circulante				178.996				164.676				
Passivo circulante				(45.180)				(54.164)				
Passivo não circulante				(107.256)				(136.897)				
				28.229				(26.337)				

O valor total (líquido entre ativos e passivos) é mensurado pelo valor justo dos instrumentos financeiros levando em conta o risco de crédito da Companhia e / ou da contraparte.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.4 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações de acordo com um instrumento financeiro ou contrato com cliente. A Companhia está exposta ao risco de crédito de suas atividades operacionais (principalmente contas a receber) e de suas atividades de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações de câmbio e outros instrumentos financeiros.

A Companhia tem como política selecionar emissores que possuam, no mínimo, avaliação em uma das seguintes agências de *rating*: Fitch Ratings, Moody's ou Standard & Poor's, sendo *rating* nacional igual ou melhor que A (ou A2), ou *rating* em escala global igual ou melhor que BBB- (ou Baa3). Para países cujos emissores não atendem as classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, são aplicados, como alternativa, critérios aprovados pelo Conselho de Administração.

O limite de exposição da Companhia a cada contraparte financeira é determinado pela política financeira da Companhia e está vinculado ao *rating* e balanço patrimonial da instituição.

A metodologia utilizada para avaliar os riscos de contraparte nas operações de instrumentos derivativos é o risco de pré-liquidação (*pre-settlement risk*). Tal metodologia consiste na determinação, por meio de simulações de "Monte Carlo", do valor em risco associado ao não cumprimento dos compromissos financeiros definidos em contrato para cada contraparte.

6.4.1 Risco de crédito das contas a receber de clientes

Os montantes representam o saldo do contas a receber de clientes, desconsiderando títulos vencidos, valores de perda de crédito esperada e saldos com partes relacionadas.

	2022	2021
Risco alto	18.553	15.261
Risco médio	26.813	23.372
Risco baixo	74.381	43.384
AAA	16.533	9.450
	136.280	91.467

Risco alto	Clientes com alto risco de inadimplência no mercado e/ou histórico de atrasos recorrentes de pagamentos.
Risco médio	Clientes com risco médio de inadimplência no mercado e/ou histórico de atrasos pontuais de pagamentos.
Risco baixo	Clientes com bons indicadores de mercado e/ou bom histórico de pagamentos.
Clientes AAA	Clientes estratégicos e/ou de grande relevância, cuja atribuição desta classe de risco é aprovada em comitê de crédito.

O risco de crédito é definido conforme modelos estatísticos internos de *risk scoring*, dentro dos padrões de risco aceitáveis pela Companhia.

6.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado de acordo com a política financeira da Companhia, visando garantir recursos suficientes para honrar os compromissos da Companhia no curto prazo. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é o fluxo de caixa, para o qual as projeções consideram um prazo de 12 meses.

A tabela a seguir demonstra o principal e os juros em aberto, se aplicável, nas respectivas datas de vencimento. Para os passivos de taxa fixa, as despesas de juros foram calculadas considerando a taxa estabelecida em cada contrato de dívida, no entanto, para os passivos de taxa flutuante, as despesas de juros foram calculadas com base nas curvas de mercado no fechamento dessas demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados, esses valores podem não ser conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial.

	Nota	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	A partir de 10 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2022							
Empréstimos e financiamentos		36.850	37.680	219.669	596.983	54.019	945.201
Instrumentos financeiros derivativos		54.164	39.356	81.799	15.742		191.061
Arrendamento		4.022	197	213			4.432
Risco sacado a pagar	20	151.864					151.864
Fornecedor e outras contas a pagar		362.411					362.411
Partes relacionadas	13		6.600				6.600
Dividendos a pagar	13(b)	57.762					57.762
Uso de bem público		54.932	57.257	193.843	411.440	1.312.743	2.030.215
Plano de Pensão		4.280	4.263	12.725	20.124		41.392
		<u>726.285</u>	<u>145.353</u>	<u>508.249</u>	<u>1.044.289</u>	<u>1.366.762</u>	<u>3.790.938</u>
Em 31 de dezembro de 2021							
Empréstimos e financiamentos		38.661	41.318	386.367	364.429	106.786	937.561
Instrumentos financeiros derivativos		45.180	36.381	55.466	15.159	250	152.436
Arrendamento		9.222	3.806				13.028
Risco sacado a pagar	20	84.184					84.184
Fornecedor e outras contas a pagar		353.632					353.632
Partes relacionadas	13		6.600				6.600
Dividendos a pagar	13(b)	34.409					34.409
Uso de bem público		50.344	54.293	183.810	390.145	1.414.615	2.093.207
Plano de Pensão		4.361	4.297	12.572	18.896		40.126
		<u>619.993</u>	<u>146.695</u>	<u>638.215</u>	<u>788.629</u>	<u>1.521.651</u>	<u>3.715.183</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.6 Análise de sensibilidade

Os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros, de caixa e equivalentes de caixa, das aplicações financeiras, dos empréstimos, dos financiamentos, das partes relacionadas e dos instrumentos financeiros derivativos são a exposição à flutuação do dólar estadunidense, bem como a flutuação das taxas de juros CDI, IPCA e cupom de dólar. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas, seguindo a governança da Companhia. Os cenários em 31 de dezembro de 2022 estão descritos abaixo:

Cenário I - Baseado nas curvas futuras de mercado e cotações que corresponde ao cenário mais provável com base na visão da Administração.

Cenário II - considera variação de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2022.

Cenário III - considera variação de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2022.

					Impactos no resultado					
Fatores de risco	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (i)	Empréstimos, financiamentos e partes relacionadas (i)	Principal de instrumentos financeiros derivativos	Unidade	Cenário I		Cenários II & III			
					Choque nas curvas de 2021	Resultados do cenário I				
							-25%	-50%	25%	50%
Câmbio										
USD		249.299	50.000	USD	-2,02%	(1.546)	(1.439)	(2.879)	1.439	2.879
Taxas de juros										
BRL - CDI	749.341		672.558	BRL milhares	-1bps	(33)	39.294	95.576	(26.350)	(42.735)
BRL - IPCA		459.142	404.377	BRL milhares	-29bps	9.529	(33.114)	(52.195)	13.166	40.873
Cupom de dólar			50.000	USD milhares	121bps	6.695	(63.764)	(127.528)	63.764	127.528
BRL - TJLP		16.878		BRL milhares	17bps	(74)	224	449	(224)	(449)

(i) Os saldos apresentados não conciliam com as notas explicativas de “Caixa e equivalentes de caixa” (Nota 8), “Aplicações financeiras” (Nota 9), “Partes relacionadas” (Nota 13) e “Empréstimos e financiamentos” (Nota 19), pois a análise realizada contemplou somente as moedas mais significativas.

7 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros de acordo com o modelo de negócios que representa o objetivo para o qual eles foram adquiridos, conforme as seguintes categorias:

(i) Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos financeiros cujos termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros e sejam mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

(iii) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Todos os instrumentos financeiros que não se enquadrarem nas definições acima são classificados nesta categoria. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras” e a variação cambial é reconhecida como “variações cambiais, líquidas”.

Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

(c) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

(d) Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado.

A exceção do *impairment* do contas a receber (Nota 10), o *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo-se os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido no resultado.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento ocorrido após o reconhecimento do *impairment* (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda será reconhecida no resultado.

(e) Composição

				2022
	Nota	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa (i)	8(b)		673.812	673.812
Aplicações financeiras	9(b)		77.024	77.024
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)		164.724	164.724
Contas a receber de clientes	10(b)	155.617		155.617
Partes relacionadas	13(b)	3.319		3.319
		<u>158.936</u>	<u>915.560</u>	<u>1.074.496</u>
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	19(b)	470.346	249.299	719.645
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)		191.061	191.061
Risco sacado a pagar	20	151.864		151.864
Arrendamento	18(c)	4.322		4.322
Fornecedores e outras contas a pagar		362.411		362.411
Salários e encargos sociais		43.986		43.986
Partes relacionadas	13(b)	6.600		6.600
Uso de bem público	23(b)	711.790		711.790
		<u>1.751.319</u>	<u>440.360</u>	<u>2.191.679</u>

				2021
	Nota	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa (i)	8(b)		62.433	62.433
Aplicações financeiras	9(b)		34.202	34.202
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)		180.665	180.665
Contas a receber de clientes	10(b)	118.767		118.767
Partes relacionadas	13(b)	5.232		5.232
		<u>123.999</u>	<u>277.300</u>	<u>401.299</u>
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	19(b)	442.357	279.132	721.489
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)		152.436	152.436
Risco sacado a pagar	20	84.184		84.184
Arrendamento	18(c)	12.385		12.385
Fornecedores e outras contas a pagar		353.632		353.632
Salários e encargos sociais		38.876		38.876
Partes relacionadas	13(b)	6.600		6.600
Uso de bem público	23(b)	712.204		712.204
		<u>1.650.238</u>	<u>431.568</u>	<u>2.081.806</u>

- (i) Na prática, o valor justo e o custo amortizado se equivalem, considerando, por definição, as características dos itens de caixa e equivalentes de caixa.

(f) Valor justo dos instrumentos financeiros e derivativos

A Companhia divulga as mensurações do valor justo por nível de hierarquia dos principais ativos e passivos, conforme demonstrado abaixo:

Valor justo medido com base em			2022	
		Preços cotados em mercado ativo	Técnica de valoração suportada por preços observáveis	
	Nota	Nível 1	Nível 2	Valor justo
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	8(b)	101.674	572.138	673.812
Aplicações financeiras	9(b)	63.219	13.805	77.024
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)		164.724	164.724
		164.893	750.667	915.560
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	19(b)		664.803	664.803
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)		191.061	191.061
			855.864	855.864

Valor justo medido com base em			2021	
		Preços cotados em mercado ativo	Técnica de valoração suportada por preços observáveis	
	Nota	Nível 1	Nível 2	Valor justo
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	8(b)	39.070	23.363	62.433
Aplicações financeiras	9(b)	20.159	14.043	34.202
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)		180.665	180.665
		59.229	218.071	277.300
Passivos				
Empréstimos e financiamentos (i)	19(b)		698.880	698.880
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)		152.436	152.436
			851.316	851.316

Os demais instrumentos financeiros não incluídos acima, são avaliados ao custo amortizado, e a Companhia entende que o valor contábil se aproxima de seu valor justo. O valor justo desses instrumentos financeiros é determinado por preços observáveis (Nível 2) em transações não forçadas entre participantes do mercado ou em condições equivalentes a estas, no caso de transações entre partes relacionadas.

8 Caixa e equivalentes de caixa

(a) Práticas contábeis

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Composição

	2022	2021
Moeda nacional		
Caixa e bancos	1.496	892
Certificado de Depósito Bancário - CDBs	572.138	23.363
Operações compromissadas - Títulos públicos	100.178	38.178
	<u>673.812</u>	<u>62.433</u>

O caixa e os equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos (operações *overnight*) ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

A rentabilidade média para os montantes alocados em caixa e equivalentes de caixa em moeda local é equivalente a 102,12% a.a. do CDI (31 de dezembro de 2021 - 100,28% a.a. do CDI).

9 Aplicações financeiras

(a) Práticas contábeis

As aplicações financeiras possuem, em sua maioria, liquidez imediata e, portanto, são classificados no ativo circulante. Não obstante, são classificadas como aplicações financeiras quando não atendem a definição de caixa e equivalentes de caixa e / ou são mantidas com a intenção de investimento, considerando a destinação prevista dos recursos.

(b) Composição

As aplicações em moeda nacional compreendem títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

	2022	2021
Moeda nacional		
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	63.219	20.159
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	13.805	14.043
	<u>77.024</u>	<u>34.202</u>
Circulante	77.024	34.202
	<u>77.024</u>	<u>34.202</u>

A rentabilidade média para os montantes alocados em aplicações financeiras é equivalente a 100,38% a.a. do CDI (31 de dezembro de 2021 – 100,06% a.a. do CDI).

10 Contas a receber de clientes

(a) Práticas contábeis

(i) Contas a receber de clientes

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda de crédito esperada.

A provisão para perda por créditos de liquidação duvidosa é reconhecida pelo valor considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis na realização dos saldos de contas a receber. A Companhia aplicou a abordagem simplificada do CPC 48 / IFRS 9 "Instrumentos financeiros" para calcular as perdas de crédito estimadas. A partir do perfil de pagamento dos clientes, a Companhia os classifica com base em seu risco. Para cada classe de risco, a Companhia desenvolveu uma matriz de provisão considerando o histórico de contas não recebidas e outros dados prospectivos relevantes por meio da análise de risco para calcular a perda de crédito esperada.

A matriz possui diferentes taxas de perda para diferentes intervalos de tempo do contas a receber e é aplicada em todo o saldo de contas a receber, incluindo o saldo de contas a receber não vencido. Todos os recebíveis vencidos há mais 120 dias são provisionados e os recebíveis vencidos há mais de 365 dias são revisados trimestralmente para avaliar se serão baixados.

(b) Composição

	Nota	2022	2021
Clientes brasileiros		156.312	111.841
Clientes fora do Brasil			451
Partes relacionadas	13(b)	7.472	19.009
		163.784	131.301
Perda de crédito esperada	10(c)	(8.167)	(12.534)
		155.617	118.767

(c) Movimentação da perda de crédito esperada

	2022	2021
Saldo no início do exercício	(12.534)	(20.992)
Adições	(9.060)	(5.491)
Reversões	2.621	2.803
Contas a receber de clientes baixados durante o exercício como incobrável	10.806	11.146
Saldo no final do exercício	(8.167)	(12.534)

(d) Vencimento

Os saldos abaixo por vencimento não consideram a provisão de perda de crédito esperada.

	2022	2021
A vencer	143.752	110.476
Vencidos até 3 meses	11.832	6.855
Vencidos entre 3 e 6 meses	3.118	6.274
Vencidos há mais de 6 meses	5.082	7.696
	163.784	131.301

O risco de crédito do contas a receber de clientes que não estão vencidos e não estão provisionados para *impairment* está apresentado na Nota 6.4.1.

11 Estoques

(a) Práticas contábeis

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado pelo método do custo médio ponderado. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e indiretos de produção.

O valor realizável líquido dos estoques é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidas as despesas para efetivação da venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado do respectivo produto.

A Companhia realiza o inventário físico cíclico durante o ano das mercadorias constantes em seu estoque, e os ajustes de inventário são registrados na rubrica “Custo dos produtos vendidos e serviços prestados”, exceto por ajustes resultantes do processo de distribuição, que são contabilizados como “despesas de vendas”.

Uma provisão para perda de estoques obsoletos é reconhecida com base principalmente no histórico de baixa movimentação dos itens (*slow moving*). O estoque obsoleto é baixado quando é vendido ou sucateado.

(b) Composição

	2022	2021
Produtos acabados	24.628	22.328
Produtos semi-acabados	186.597	154.164
Matérias-primas	35.714	23.652
Combustíveis	88.343	86.074
Materiais auxiliares e de consumo	18.401	18.853
Materiais de manutenção	84.335	62.661
Importações em andamento	28.142	83.724
Outros	16.863	31.474
Provisão para perda de estoque (i)	(25.935)	(21.952)
	<u>457.088</u>	<u>460.978</u>

(i) A estimativa de perdas em estoque refere-se substancialmente aos materiais obsoletos e de baixo giro.

(c) Movimentação da estimativa de perdas de estoque

2022						
	Produtos acabados	Produtos semi-acabados	Matérias-primas	Materiais auxiliares e de consumo	Materiais de manutenção	Outros
Saldo no início do exercício	(304)	(540)	(116)	(2.179)	(12.123)	(6.690)
Adições	(500)	(663)	(311)	(1.397)	(6.410)	(616)
Baixas e reversões	336	2	155	1.364	2.315	1.742
Saldo no final do exercício	<u>(468)</u>	<u>(1.201)</u>	<u>(272)</u>	<u>(2.212)</u>	<u>(16.218)</u>	<u>(5.564)</u>

2021						
	Produtos acabados	Produtos semi-acabados	Matérias-primas	Materiais auxiliares e de consumo	Materiais de manutenção	Outros
Saldo no início do exercício	(123)	(526)	(36)	(1.648)	(14.844)	(4.406)
Adições	(1.564)	(69)	(87)	(1.281)	(3.362)	(2.600)
Baixas e reversões	1.383	55	7	750	6.083	316
Saldo no final do exercício	<u>(304)</u>	<u>(540)</u>	<u>(116)</u>	<u>(2.179)</u>	<u>(12.123)</u>	<u>(6.690)</u>

12 Tributos a recuperar

(a) Práticas contábeis

Os tributos a recuperar são registrados quando existe um direito legal pela Companhia. Ativos contingentes com probabilidade de recuperação possível, que resultam de eventos passados, cuja existência somente será confirmada, ou não, pela ocorrência de eventos futuros incertos, não são registrados.

Os saldos de tributos a recuperar são apresentados líquidos das perdas estimadas de créditos tributários e a recuperabilidade dos saldos é revisada anualmente pela Companhia.

Os impostos a recuperar representam os direitos que serão realizados por meio de compensações com obrigações futuras provenientes das operações da Companhia. A Companhia revisa continuamente a capacidade de realização desses ativos e, quando necessário, provisões são constituídas para assegurar que esses ativos sejam contabilizados com base no seu valor realizável.

(b) Composição

	2022	2021
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (i)	143.776	220.135
Programa de Integração Social - PIS (i)	39.379	42.633
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	21.215	30.099
ICMS sobre ativo imobilizado	6.880	6.547
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	4.554	6.021
Outros	4.653	4.567
	<u>220.457</u>	<u>310.002</u>
Circulante	121.782	249.150
Não circulante	98.675	60.852
	<u>220.457</u>	<u>310.002</u>

- (i) Os saldos referem-se principalmente a créditos tributários relativos à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS da Companhia, reconhecidos em fevereiro de 2019 após o trânsito em julgado em ação judicial relativa à tese de exclusão. A redução dos saldos reflete a utilização desses créditos para compensação de contas a pagar de tributos federais ao longo do exercício.

13 Partes relacionadas

(a) Práticas contábeis

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia de maneira que não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia. No curso normal das operações, a Companhia realiza contratos com partes relacionadas (controladas e coligadas), relacionados à compra e venda de produtos e serviços, empréstimos, arrendamento de bens, venda de matéria-prima e de serviços.

(b) Saldos patrimoniais

	Caixa, aplicações financeiras e derivativos, líquidos		Contas a receber de clientes		Demais ativos	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Sociedade controladora						
Votorantim S.A.					3.319	3.319
Votorantim Cimentos S.A.			314	2.071		10.800
Sociedades controladas e coligadas						
Banco Votorantim S.A. (i)	72.135	13.256				
Motz Transporte Ltda.						1.913
Supermix Concreto S.A. (ii)			5.925	4.574		
Votorantim Cement Trading S.L.				12.073		
Outros			1.233	291		
	<u>72.135</u>	<u>13.256</u>	<u>7.472</u>	<u>19.009</u>	<u>3.319</u>	<u>16.032</u>
Circulante	75.291	16.196	7.472	19.009		
Não circulante	(3.156)	(2.940)			3.319	16.032
	<u>72.135</u>	<u>13.256</u>	<u>7.472</u>	<u>19.009</u>	<u>3.319</u>	<u>16.032</u>

	Fornecedores		Arrendamento		Dividendos a pagar		Demais passivos	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Sociedade controladora								
Votorantim S.A.	1.266	149	476	1.067		127		
Votorantim Cimentos S.A.	56.089	18.798			57.762	34.282	6.600	6.600
Sociedades controladas e coligadas								
Motz Transporte Ltda.	704	4.005						
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	4.383	16.304						
Votorantim Cement Trading S.L.		62.673						
Outros	161	167						
	<u>62.603</u>	<u>102.096</u>	<u>476</u>	<u>1.067</u>	<u>57.762</u>	<u>34.409</u>	<u>6.600</u>	<u>6.600</u>
Circulante	62.603	102.096			57.762	34.409		
Não circulante			476	1.067			6.600	6.600
	<u>62.603</u>	<u>102.096</u>	<u>476</u>	<u>1.067</u>	<u>57.762</u>	<u>34.409</u>	<u>6.600</u>	<u>6.600</u>

- (i) Refere-se aos saldos em caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos, líquidos, firmados com o Banco Votorantim S.A.
- (ii) As operações de vendas com a Supermix Concreto S.A. referem-se a vendas de cimento e agregados, cujos preços são praticados de acordo com tabela de preços e prazos estabelecidos entre as partes.

(c) Resultado

	Vendas		Compras		Receitas (despesas) financeiras	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Sociedade controladora						
Votorantim S.A. (i)			9.682	9.241		
Votorantim Cimentos S.A.	7.961	12.728	119.385	110.767	349	12.704
Sociedades controladas, coligadas ou controladas em conjunto						
Banco Votorantim S.A.					(552)	(865)
Motz Transporte Ltda. (ii)	64					
Supermix Concreto S.A. (iii)	64.820	55.361				
Auren Comercializadora de Energia Ltda. (iv)	32.658	31.390		59.896		
Votorantim Cement Trading S.L.		11.777	253.390	298.822		
Outros	18	48	18	48		
	<u>105.521</u>	<u>111.304</u>	<u>382.475</u>	<u>478.774</u>	<u>(203)</u>	<u>11.839</u>

- (i) Referem-se a atividades compartilhadas pelo Centro de Excelência da VSA, relacionados às atividades administrativas, recursos humanos, contabilidade, impostos, assistência técnica e tecnologia da informação. Essas atividades beneficiam todas as empresas do Grupo Votorantim e são reembolsadas à VSA com base na proporção do custo das atividades efetivamente prestados à Companhia.
- (ii) Referem-se a prestações de serviços de carga, descarga e transporte rodoviário de cargas em geral.
- (iii) Referem-se às operações de vendas de cimento e agregados com a Supermix Concreto S.A.
- (iv) Referem-se às operações de compra de energia da Auren Comercializadora de Energia Ltda.

(d) Garantias de dívida da Companhia garantida por partes relacionadas

Modalidade	Garantidor	2022	2021
Lei nº 4131/1962 - USD 50 MM	VCI (100%) / VCSCA (100%)	262.475	279.632
Debêntures CRI	VCSCA (100%)	379.324	357.305
		<u>641.799</u>	<u>636.937</u>

14 Depósitos judiciais

(a) Práticas contábeis

A Companhia é parte em processos de natureza tributária, cível, trabalhista e ambiental, que estão sendo discutidos na esfera administrativa ou judicial, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e, quando possuem provisão correspondente, são apresentados de forma líquida em "Provisões" no passivo (Nota 22(b)). Os depósitos judiciais que não possuem provisão correspondente são apresentados no ativo não circulante.

(b) Composição

	2022			2021		
	Depósitos judiciais classificados no ativo sem provisão	Depósitos judiciais classificados no passivo com provisão	Total de Depósitos judiciais	Depósitos judiciais classificados no ativo sem provisão	Depósitos judiciais classificados no passivo com provisão	Total de Depósitos judiciais
Tributárias	102.344	15.897	118.241	86.837	9.317	96.154
Cíveis	60	3	63	62	44	106
Trabalhistas		12.301	12.301		12.661	12.661
Ambientais	30		30	27		27
	<u>102.434</u>	<u>28.201</u>	<u>130.635</u>	<u>86.926</u>	<u>22.022</u>	<u>108.948</u>

15 Investimentos

(a) Práticas contábeis

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade.

Tais investimentos são reconhecidos a partir da data que a Companhia obtiver controle inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que o controle deixar de existir.

Quando a Companhia deixa de ter controle sobre controladas, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança do valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", são reclassificados no resultado.

(b) Composição

	Informações em 31 de dezembro de 2022			Resultado de equivalência patrimonial			Saldo
	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) do exercício	Percentual de participação votante e total (%)				
				2022	2021	2022	2021
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial							
Controladas							
Calmit Mineração e Participações Ltda.	9.676	232	100,00	232	(3.742)	9.676	9.440
Fazenda São Miguel Ltda.	32.552	(780)	100,00	(780)	(236)	32.552	33.332
Pedreira Pedra Negra Ltda.	20.015	(228)	100,00	(228)	(9.326)	20.015	19.509
Outros investimentos						1.732	1.731
				(776)	(13.304)	63.975	64.012

(c) Informações sobre as empresas investidas

Apresentamos a seguir, um resumo das informações financeiras das controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

(i) Contas patrimoniais

	2022					
	Percentual de participação votante e total	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial Controladas						
Calmit Mineração e Participações Ltda.	100,00	1.172	18.245	40	9.701	9.676
Fazenda São Miguel Ltda.	100,00	6.503	30.235	1.331	2.855	32.552
Pedreira Pedra Negra Ltda.	100,00	8.714	16.079	646	4.132	20.015

	2021					
	Percentual de participação votante e total	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial Controladas						
Calmit Mineração e Participações Ltda.	100,00	1.634	17.607		9.801	9.440
Fazenda São Miguel Ltda.	100,00	8.250	29.110	1.401	2.627	33.332
Pedreira Pedra Negra Ltda.	100,00	5.528	20.344	764	5.599	19.509

(ii) Resultado

	2022							
	Receita líquida	Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	Lucro bruto	Despesas operacionais	Resultado de participações societárias	Receitas (despesas) financeiras	Imposto de renda e contribuição social	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial Controladas								
Calmit Mineração e Participações Ltda.				(243)	637	(383)	221	232
Fazenda São Miguel Ltda.	8.452	(7.550)	902	(2.026)		344		(780)
Pedreira Pedra Negra Ltda.				(975)	91	656		(228)

	2021							
	Receita líquida	Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	Lucro bruto	Receitas (despesas) operacionais	Resultado de participações societárias	Receitas (despesas) financeiras	Imposto de renda e contribuição social	Prejuízo do exercício
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial Controladas								
Calmit Mineração e Participações Ltda.				(671)	17	(2.239)	(849)	(3.742)
Fazenda São Miguel Ltda.	7.834	(5.591)	2.243	(2.669)		192		(234)
Pedreira Pedra Negra Ltda.				579	(10.268)	363		(9.326)

(d) Movimentação

	2022	2021
Saldo no início do exercício	64.012	64.088
Equivalência patrimonial	(776)	(13.304)
Aumento de capital - Pedreira Pedra Negra Ltda.	500	19.500
Redução de capital - Calmit Mineração e Participações Ltda.		(5.626)
Redução de capital - Fazenda São Miguel Ltda.		(3.234)
Ganho na compra e venda de ações - Fazenda São Miguel Ltda.		2.329
Outros	239	259
Saldo no final do exercício	63.975	64.012

16 Imobilizado

(a) Práticas contábeis

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição ou a construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando há probabilidade de benefícios econômicos futuros associados ao item e quando o custo do item pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Com exceção dos terrenos que não são depreciados, a depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil estimada. As vidas úteis e os valores residuais são revisados anualmente e ajustado, caso necessário.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável, quando o valor contábil for maior que seu valor recuperável estimado, de acordo com os critérios que a Companhia adota para *impairment* de ativos não financeiros (Nota 5.2).

Ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" no resultado conforme Nota 28.

A política contábil de *impairment* de ativos não financeiros está descrita na Nota 5.2.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição e movimentação

								2022
	Terras, terrenos e benfeitorias	Edifícios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Total
Saldo no início do exercício								
Custo	228.549	729.601	3.130.788	29.814	11.163	173.648	11.054	4.314.617
Depreciação acumulada	(19.887)	(221.380)	(1.399.572)	(25.500)	(8.157)		(4.581)	(1.679.077)
Saldo líquido	208.662	508.221	1.731.216	4.314	3.006	173.648	6.473	2.635.540
Adições	714		670			186.528		187.912
Baixas	(35)		(21.888)		(67)			(21.990)
Depreciação	(1.972)	(15.232)	(132.605)	(2.359)	(706)		(398)	(153.272)
Transferências para intangível						(7.665)		(7.665)
Transferências	20	11.525	79.287	5.524	1.626	(97.445)	(537)	
Saldo no final do exercício	207.389	504.514	1.656.680	7.479	3.859	255.066	5.538	2.640.525
Custo	229.283	741.091	3.181.273	34.025	12.620	255.066	10.328	4.463.686
Depreciação acumulada	(21.894)	(236.577)	(1.524.593)	(26.546)	(8.761)		(4.790)	(1.823.161)
Saldo líquido no final do exercício	207.389	504.514	1.656.680	7.479	3.859	255.066	5.538	2.640.525
Taxas médias anuais de depreciação - %	5	2	5	20	10		2	

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

								2021
	Terras, terrenos e benfeitorias	Edifícios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Total
Saldo no início do exercício								
Custo	204.621	683.915	2.883.338	30.382	10.975	327.238	11.078	4.151.547
Depreciação acumulada	(18.175)	(206.595)	(1.276.619)	(23.401)	(7.355)		(4.161)	(1.536.306)
Saldo líquido	186.446	477.320	1.606.719	6.981	3.620	327.238	6.917	2.615.241
Adições			311			167.915		168.226
Baixas	(3.171)	(16)	(8.099)		(98)			(11.384)
Depreciação	(1.713)	(14.182)	(126.356)	(2.620)	(825)		(420)	(146.116)
Reclassificação de ativos mantidos para venda	3.172							3.172
Transferências para intangível						(10.584)		(10.584)
Efeito de coligada incorporada	6.731							6.731
Transferências	17.197	45.099	258.641	(47)	309	(310.921)	(24)	10.254
Saldo no final do exercício	208.662	508.221	1.731.216	4.314	3.006	173.648	6.473	2.635.540
Custo	228.549	729.601	3.130.788	29.814	11.163	173.648	11.054	4.314.617
Depreciação acumulada	(19.887)	(221.380)	(1.399.572)	(25.500)	(8.157)		(4.581)	(1.679.077)
Saldo líquido no final do exercício	208.662	508.221	1.731.216	4.314	3.006	173.648	6.473	2.635.540
Taxas médias anuais de depreciação - %	5	2	5	20	10		2	

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Obras em andamento

A conta de obras em andamento é composta de investimentos e projetos em construção pela Companhia que ainda não entraram em operação ao final do exercício, representados principalmente por aquisição ou reposição de máquinas e equipamentos industriais ligados à continuidade da operação das fábricas e minas (*sustaining*), investimentos em projetos de modernização industrial e expansão da capacidade produtiva, como também novas tecnologias relacionadas com metas de descarbonização (meio ambiente e segurança).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos são compostos pelas seguintes categorias:

	2022	2021
<i>Sustaining</i>	111.921	65.368
Modernização industrial	56.177	18.198
Meio ambiente e segurança	22.368	9.746
Expansão	61.838	73.386
Outros	2.762	6.950
	<u>255.066</u>	<u>173.648</u>

Os saldos de obras em andamento ao final do exercício são representados principalmente por projetos pulverizados entre as fábricas, minas e regiões de atuação da Companhia, não havendo concentração relevante em projetos específicos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os encargos sobre empréstimos e financiamentos capitalizados nas obras em andamento totalizaram R\$ 1.874 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 5.627). A taxa de capitalização utilizada foi de 10,02% a.a. (31 de dezembro de 2021 – 5,79% a.a.).

17 Intangível
(a) Práticas contábeis
(i) Ágio

Os ágios decorrentes de aquisições de controladas, são reconhecidos na data de aquisição e mensurados pelo montante que exceder a soma (i) da contraprestação transferida em troca do controle da adquirida, para a qual geralmente se exige o valor justo na data da aquisição; (ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida; (iii) no caso de combinação de negócios realizada em estágios, o valor justo, na data da aquisição, da participação do adquirente na adquirida imediatamente antes da combinação; e (iv) o valor líquido, na data da aquisição, dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

A recuperabilidade do ativo é testada anualmente para verificação de prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não podem ser revertidas. O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou. A política contábil de *impairment* de ativos não financeiros está descrita na Nota 5.2.

Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

(ii) Direitos sobre recursos naturais

Quando a viabilidade econômica das reservas minerais é comprovada, as contraprestações pagas para aquisição dos direitos de exploração mineral são capitalizadas. Nas operações de mineração

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

relacionadas ao negócio de cimento, é necessário remover o estéril e outros materiais residuais para acessar o minério. O processo de mineração do estéril e resíduos é denominado decapagem. Durante a fase de desenvolvimento de uma mina, antes do início da produção ou quando da abertura de uma nova frente, os custos de remoção são capitalizados como ativos intangíveis. Durante a fase de produção, e para acessar novos depósitos, os custos de remoção são capitalizados como ativos intangíveis; em outras situações esses custos são reconhecidos como parte do estoque.

Quando a mina se torna operacional, os custos acumulados capitalizados em relação aos direitos de exploração passam a ser amortizados ao longo da vida útil da mina por unidades de produção ou pelo método linear. Os custos de construção capitalizados relativos à planta são reconhecidos em "Máquinas, equipamentos e instalações" na linha de imobilizado.

(iii) Softwares

Os custos com a aquisição de *softwares* são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis. Os custos associados à manutenção são reconhecidos como despesa conforme incorridos. Atualmente, a Companhia não possui projetos de desenvolvimento interno de *softwares*.

(iv) Uso de bem público

Uso de bem público referem-se aos direitos de exploração de usinas de energia hidroelétrica, mediante contrato com o governo que estabelece o prazo, as condições e o valor a ser pago pela Companhia. Os ativos reconhecidos como uso de bem público são designados apenas para uso próprio e não para o uso público ou venda de serviços para terceiros.

O valor das obrigações futuras descontado ao valor presente pelo fluxo de pagamento futuro é reconhecido no momento da liberação da licença de operação, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato. O valor é inicialmente reconhecido como passivo (obrigação) e ativo intangível (ativo de direito de uso de bem público).

A amortização do intangível é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente da concessão (que é o mesmo do período de operação). O passivo financeiro aumenta para refletir os juros dos ajustes a valor presente e reduz com os pagamentos já feitos.

(v) Cláusulas de relacionamento com clientes e acordos de não-concorrência

Cláusulas de relacionamento com clientes e acordos de não concorrência adquiridos em combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. Essas cláusulas possuem vida útil finita e são mensuradas pelo custo, menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear sobre a vida útil estimada, sendo de 15 anos para relação com clientes e de 5 anos para acordos de não concorrência.

(vi) Obrigações com descomissionamento de ativos (*Asset Retirement Obligation* – “ARO”)

A Companhia possui as obrigações de descomissionamento em decorrência da exploração de minas para extração de recursos naturais. As políticas contábeis referentes a contrapartida passiva do ARO estão divulgadas na Nota 22(a).

O custo com descomissionamento, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo de direito minerário. O ativo é amortizado pelo método linear pelo prazo remanescente da vida útil da mina. A Companhia revisa periodicamente a vida útil de suas minas e a estimativa do valor futuro necessário para a recuperação da área explorada.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição e movimentação

									2022
	Direitos de exploração sobre recursos naturais	Ágios	Uso do bem público e repactuação do risco hidrológico	ARO e termos de compromisso	Contratos, relação com clientes e acordos	Softwares	Intangível em andamento	Outros	Total
Saldo no início do exercício									
Custo	210.658	64.185	256.171	34.133	19.697	12.184		13.008	610.036
Amortização e exaustão acumulada	(57.265)		(105.599)	(5.876)	(2.324)	(7.070)			(178.134)
Saldo líquido	153.393	64.185	150.572	28.257	17.373	5.114		13.008	431.902
Adições				1.569			12.745		14.314
Amortização e exaustão	(8.304)		(6.742)	(826)	(668)	(1.764)			(18.304)
Revisão de provisão por mudança da estimativa (i)				(9.466)					(9.466)
Transferências do ativo imobilizado							7.665		7.665
Transferências	8.433					1.209	(9.642)		
Saldo no final do exercício	153.522	64.185	143.830	19.534	16.705	4.559	10.768	13.008	426.111
Custo	219.091	64.185	256.171	26.236	19.697	13.322	10.768	13.008	622.478
Amortização e exaustão acumulada	(65.569)		(112.341)	(6.702)	(2.992)	(8.763)			(196.367)
Saldo líquido no final do exercício	153.522	64.185	143.830	19.534	16.705	4.559	10.768	13.008	426.111
Taxas médias anuais de amortização e exaustão - %	2		3	2	3	20			

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

									2021
	Direitos de exploração sobre recursos naturais	Ágios	Uso do bem público e repactuação do risco hidrológico	ARO e termos de compromisso	Contratos, relação com clientes e acordos	Softwares	Intangível em andamento	Outros	Total
Saldo no início do exercício									
Custo	201.300	64.185	198.546	38.325	19.697	9.957		13.008	545.018
Amortização e exaustão acumulada	(49.723)		(99.019)	(4.920)	(1.656)	(5.457)			(160.775)
Saldo líquido	151.577	64.185	99.527	33.405	18.041	4.500		13.008	384.243
Adições	1.000		57.625						58.625
Amortização e exaustão	(7.541)		(6.580)	(957)	(668)	(1.613)			(17.359)
Transferências do ativo imobilizado							10.584		10.584
Revisão de provisão por mudança da estimativa (i)				(4.191)					(4.191)
Transferências	8.357					2.227	(10.584)		
Saldo no final do exercício	153.393	64.185	150.572	28.257	17.373	5.114		13.008	431.902
Custo	210.658	64.185	256.171	34.133	19.697	12.184		13.008	610.036
Amortização e exaustão acumulada	(57.265)		(105.599)	(5.876)	(2.324)	(7.070)			(178.134)
Saldo líquido no final do exercício	153.393	64.185	150.572	28.257	17.373	5.114		13.008	431.902
Taxas médias anuais de amortização e exaustão - %	3		3	3	20	20			

- (i) O efeito da revisão da provisão por mudança de estimativa do ARO refere-se, principalmente, a atualização dos planos de fechamento, revisão da vida útil das minas e atualização das taxas de inflação do fluxo de desembolso futuro e das taxas de desconto.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Ágio por expectativa de rentabilidade futura

Abaixo demonstramos a composição dos ágios, os quais são suportados pela expectativa de rentabilidade futura.

	2022	2021
Fábrica Cimento Vencemos do Amazonas	63.633	63.633
Fábrica de Argamassas em Belém - PA	552	552
	64.185	64.185

18 Direito de uso em arrendamento
(a) Práticas contábeis

A Companhia reconhece na data de início do contrato, um passivo de arrendamento que reflita os futuros pagamentos acordados, em contrapartida a um ativo de direito de uso.

O ativo é amortizado mensalmente de acordo com o prazo de arrendamento, que é definido com base na combinação entre o prazo não cancelável, prazo coberto pela opção de prorrogação, prazo coberto pela opção de rescisão e, principalmente, a intenção da Administração quanto ao prazo de permanência em cada contrato.

O passivo é ajustado para o valor presente da obrigação com base na taxa interna do contrato ou na taxa incremental, que deve refletir o custo de aquisição pela Companhia de dívida com características similares a aquelas determinadas pelo contrato, no que tange a prazo, valor, garantia e ambiente econômico. A liquidação do passivo ocorre conforme o fluxo de pagamentos realizados para o arrendador.

A Companhia não reconhece o direito de uso e o passivo de arrendamento de contratos de arrendamento de bens de baixo valor ou de e contratos com duração inferior a doze meses. Para estes contratos, a despesa de arrendamento reconhecida de forma linear ao longo do período do contrato.

A despesa de amortização do direito de uso é registrada como parte do custo do produto vendido ou como despesa operacional, conforme as características do uso do ativo arrendado, e a despesa de juros pela atualização ao valor presente do passivo de arrendamento é registrada no resultado financeiro.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição e movimentação do ativo de direito de uso

2022				
	Imóveis e salas comerciais	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldo no início do exercício				
Custo	9.489	25.639	2.493	37.621
Amortização acumulada	(7.765)	(16.729)	(1.674)	(26.168)
Saldo líquido	1.724	8.910	819	11.453
Adições	1.080			1.080
Amortização	(2.064)	(5.996)	(523)	(8.583)
Saldo no final do exercício	740	2.914	296	3.950
Custo	10.569	25.639	2.493	38.701
Amortização acumulada	(9.829)	(22.725)	(2.197)	(34.751)
Saldo líquido no final do exercício	740	2.914	296	3.950
Taxas médias anuais de amortização - %	22	25	33	

2021				
	Imóveis e salas comerciais	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldo no início do exercício				
Custo	9.169	25.639	2.493	37.301
Amortização acumulada	(5.632)	(10.732)	(1.152)	(17.516)
Saldo líquido	3.537	14.907	1.341	19.785
Adições	320			320
Amortização	(2.133)	(5.997)	(522)	(8.652)
Saldo no final do exercício	1.724	8.910	819	11.453
Custo	9.489	25.639	2.493	37.621
Amortização acumulada	(7.765)	(16.729)	(1.674)	(26.168)
Saldo líquido no final do exercício	1.724	8.910	819	11.453
Taxas médias anuais de amortização - %	57	44	43	

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Composição e movimentação do passivo de arrendamento

	2022	2021
Saldo no início do exercício	12.385	20.756
Adições	1.080	320
Liquidações	(9.767)	(9.837)
Ajuste a valor presente	624	1.146
Saldo no final do exercício	4.322	12.385
Circulante	4.322	11.765
Não circulante		620
	4.322	12.385

19 Empréstimos e financiamentos
(a) Práticas contábeis
(i) Mensuração ao custo amortizado

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecido no resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se a taxa de juros efetiva.

(ii) Mensuração ao valor justo por meio do resultado

Os empréstimos relativos à Lei nº 4.131/1962 (que regulamenta o capital estrangeiro no Brasil) possuem *swaps* (instrumentos financeiros derivativos) que visam tanto a troca de taxas flutuantes em pré-fixada para taxa flutuante em CDI, como a troca de moeda, dólar para real. Os termos e as condições do empréstimo e derivativo configuram-se como operação casada, de modo que economicamente a resultante seja uma dívida em CDI e em BRL. A diferença da mensuração entre os dois instrumentos (empréstimo ao custo amortizado x derivativo ao valor justo), gera um descasamento contábil no resultado e para eliminar este descasamento contábil, as operações vigentes foram designadas como *fair value option*, sendo o efeito desta designação a mensuração da dívida a valor justo por meio do resultado.

O valor justo do empréstimo e dos instrumentos financeiros derivativos leva em conta o risco de crédito da Companhia, o qual é calculado com base nas curvas de mercado, e a alteração no valor justo do passivo financeiro que é atribuível a alterações no risco de crédito é registrado no patrimônio líquido na rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial". Caso a classificação do risco de crédito no patrimônio líquido crie ou aumente o descasamento contábil no resultado, a Companhia deve apresentar todos os ganhos ou as perdas no resultado do exercício. O montante acumulado das alterações do risco de crédito permanece na rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial" até a liquidação do instrumento financeiro, quando são reclassificados para a rubrica de "Lucros acumulados", sem afetar o resultado do exercício.

(iii) Método de cálculo

Para as dívidas contratadas em taxa flutuante, o valor futuro é estimado pelo fluxo de caixa projetado pela taxa de juros de mercado da moeda em que a dívida é denominada, além de adicionar o “*spread*” definido em contrato. A exceção é um contrato pré-fixado, no qual o valor futuro é estimado pelo fluxo de caixa projetado pela taxa fixa definida no momento da contratação.

O valor presente da dívida denominada em USD é mensurado por meio do desconto do fluxo de caixa pela curva do cupom cambial (a remuneração, em dólares estadunidense, dos reais investidos no Brasil), considerando o risco de crédito da Companhia com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

Em função do prazo e materialidade dessas dívidas, variações na taxa de mercado em que essas dívidas são denominadas e na taxa de desconto, por menor que sejam, podem ocasionar grandes variações no valor reconhecido.

O valor futuro da ponta ativa e da ponta passiva dos *swaps* atrelados à essa dívida também é estimado pela taxa de mercado da moeda em que a ponta do *swap* é denominada. Assim como na dívida, o valor presente da ponta denominada em USD é mensurado por meio do desconto do fluxo de caixa pela curva de cupom cambial e, no caso da ponta denominada em BRL, o desconto é feito utilizando a curva de juros do Brasil, sendo a curva futura do DI divulgada pela B3, considerando tanto o risco de crédito da Companhia e da contraparte, a depender do ajuste estimado.

(iv) Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demande um período substancial (usualmente 12 meses) para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo do ativo. Custos de empréstimos consistem nos juros e outros custos que uma entidade incorre em conexão com o empréstimo dos fundos. Demais custos de empréstimos, incluindo mudança de taxas, são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição e valor justo

		Circulante		Não circulante		Total		Valor justo (ii)	
Modalidade	Encargos anuais médios	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Moeda nacional									
Debêntures CRI	4,08% IPCA	2.000	1.862	369.798	347.023	371.798	348.885	314.210	324.844
BNB	1,54% IPCA	11.065	8.747	68.729	69.223	79.794	77.970	82.672	79.711
FINAME	5,78% Pré BRL	1.291	1.298	586	1.872	1.877	3.170	1.786	2.967
Outros		6.376	5.109	10.502	7.223	16.878	12.332	16.836	12.226
		20.732	17.016	449.615	425.341	470.347	442.357	415.504	419.748
Moeda estrangeira									
Empréstimos - Lei nº 4.131/1962 (i)	3,37% Pré USD	1.280	702	248.018	278.430	249.298	279.132	249.299	279.132
		22.012	17.718	697.633	703.771	719.645	721.489	664.803	698.880
Juros sobre empréstimos e financiamentos		6.276	7.354						
Parcela circulante dos empréstimos e financiamentos (principal)		15.736	10.364						
		22.012	17.718						

CDI – Certificado de Depósito Interbancário.
 IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo.
 FINAME – Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais.
 BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A.
 BRL – Reais.

- (i) Os empréstimos relativos à Lei nº 4.131/1962 possuem *swaps* (instrumentos financeiros derivativos) que visam tanto a troca de taxas flutuantes em pré-fixada para taxa flutuante em CDI, como a troca de moeda, dólar para real. A política para contabilização desses instrumentos está descrita na Nota 19(a).
- (ii) O valor justo dos títulos é o preço unitário no último dia de negociação na data final de emissão do relatório multiplicado pela quantidade emitida. Para os demais empréstimos e financiamentos, o valor justo é baseado no montante dos fluxos de caixa contratuais e a taxa de desconto utilizada é baseada na taxa de contratação de uma nova operação em condições semelhantes ou na falta desta, na curva futura de fluxo de cada obrigação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Perfil de vencimentos

Os saldos apresentados abaixo não conciliam com os saldos apresentados na tabela anterior (Nota 19 (b)), considerando que não estão contemplados os custos de captação, ajuste de valor justo e ajustes de risco de crédito.

	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	A partir de 2031	Total
Moeda nacional										
Debêntures CRI	2.893				73.300	73.300	73.300		156.532	379.325
FINAME	1.291	586								1.877
BNB	11.068	10.851	10.852	10.862	10.848	10.840	10.869	3.628		79.818
Outros	6.376	5.174	5.328							16.878
	<u>21.628</u>	<u>16.611</u>	<u>16.180</u>	<u>10.862</u>	<u>84.148</u>	<u>84.140</u>	<u>84.169</u>	<u>3.628</u>	<u>156.532</u>	<u>477.898</u>
% amortizado por ano	4,53%	3,48%	3,39%	2,27%	17,61%	17,61%	17,61%	0,76%	32,75%	100,00%
Moeda estrangeira										
Empréstimos - Lei nº 4.131/1962 (i)	1.590					260.885				262.475
	<u>1.590</u>					<u>260.885</u>				<u>262.475</u>
% amortizado por ano	0,61%					99,39%				100,00%
	<u>23.218</u>	<u>16.611</u>	<u>16.180</u>	<u>10.862</u>	<u>84.148</u>	<u>345.025</u>	<u>84.169</u>	<u>3.628</u>	<u>156.532</u>	<u>740.373</u>
% amortizado por ano	<u>3,14%</u>	<u>2,24%</u>	<u>2,19%</u>	<u>1,47%</u>	<u>11,37%</u>	<u>46,60%</u>	<u>11,37%</u>	<u>0,49%</u>	<u>21,14%</u>	<u>100,00%</u>

(i) Conforme item (i) na letra (b) acima.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Movimentação

	Nota	2022	2021
Saldo no início do exercício		721.489	1.318.020
Captações		19.962	181.533
Variação cambial		(18.049)	33.265
Correção monetária		21.883	31.512
Provisão de juros		30.472	27.445
Juros pagos		(30.127)	(25.423)
Apropriação dos custos de captações, líquida das adições		875	(2.862)
Ajuste a valor justo	29(b)	(16.605)	4.092
Risco de crédito de dívidas avaliadas ao valor justo		1.718	17.921
Liquidações		(11.973)	(864.014)
Saldo no final do exercício		719.645	721.489

As principais captações e amortizações executadas entre os exercícios de 2022 foram as seguintes:

(i) Renegociações das condições contratuais

Em abril de 2022, a Companhia renegociou as condições contratuais do empréstimo sob a Lei nº 4.131/1962, contratado em 2020 no montante de USD 50 milhões (R\$ 247 milhões). A Companhia estendeu o prazo de vencimento de 2025 para 2028 e contratou um novo *swap* (instrumento financeiro derivativo) para a troca de taxa fixa em USD para taxa flutuante em CDI, bem como a troca de moeda, dólar para real. O *swap* anterior foi extinto no momento da renegociação do contrato principal de empréstimo. Como parte da renegociação dos termos contratuais, a Companhia avaliou que não houve modificação substancial do passivo financeiro, com isso não houve seu desreconhecimento.

(e) Composição por moeda

	Circulante		Não Circulante		Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Real	20.732	17.016	449.615	425.341	470.347	442.357
Dólar estadunidense	1.280	702	248.018	278.430	249.298	279.132
	22.012	17.718	697.633	703.771	719.645	721.489

(f) Garantias

Em 31 de dezembro de 2022, R\$ 641.799 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 636.937) do saldo de empréstimos e financiamentos da Companhia estavam garantidos por avais de partes relacionadas, enquanto R\$ 1.877 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 3.169) estavam garantidos por bens do ativo imobilizado em função de alienação fiduciária e hipoteca, e R\$ 79.818 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 77.977) estavam garantidos por fiança bancária.

20 Risco sacado a pagar

A Companhia firmou convênios junto a instituições financeiras, com o objetivo de permitir aos fornecedores nos mercados interno e externo, a antecipação de seus recebíveis. Nessas operações, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos provenientes das vendas das mercadorias para as instituições financeiras e em troca recebem antecipadamente esses recursos da instituição financeira, descontado por um deságio cobrado diretamente pelo banco no momento da cessão, que por sua vez, passa a ser credor da operação. Independente desses convênios com as instituições financeiras, as condições comerciais são sempre acordadas entre a Companhia e o fornecedor.

A Companhia, como parte do curso normal dos seus negócios, também recebe de seus fornecedores, notificação de solicitação de cessão de crédito para instituições financeiras diversas, com o objetivo de antecipação de seus recebíveis. Quando notificada, a Companhia efetua o pagamento das duplicatas diretamente às instituições financeiras, nos exatos termos e condições acordados com o fornecedor. Esses casos, por não estarem contemplados em arcabouço contratual definido pelos convênios de risco sacado, não são destacados nessa classificação e considerados normalmente na linha de contas a pagar a fornecedores.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com base nos requerimentos do IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a Companhia avaliou que estas transações não geram modificação substancial dos passivos originais com fornecedores e, dessa forma, os pagamentos desses títulos são apresentados como saídas de caixa dentro do grupo de atividades operacionais na demonstração do fluxo de caixa, de acordo com o IAS 7 / CPC 03 (R2), equivalente ao contas a pagar com fornecedores. A Companhia também avaliou que a substância econômica dessas transações é de natureza operacional e que os potenciais efeitos de ajuste a valor presente dessas operações são irrelevantes para mensuração e divulgação.

A Companhia entende que a apresentação do valor devido como Risco sacado a pagar é relevante para o entendimento da sua posição patrimonial.

Os montantes de contas a pagar incluídas nesses contratos estão demonstradas abaixo:

Operações de risco sacado	Prazo máximo	2022	2021
Fornecedor - mercado interno	Até 180 dias	151.864	84.184
		151.864	84.184

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Imposto de renda e contribuição social a recolher e diferidos
(a) Práticas contábeis

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ"), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") e os demais impostos sobre o lucro, registrados no exercício são apurados em bases corrente e diferida. Esses tributos são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço dos países em que a Companhia atua e são reconhecidos no resultado, exceto quando se referem a itens registrados diretamente no patrimônio líquido.

Os impostos e contribuições sobre o lucro correntes, além de afetarem o resultado do exercício, são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.

Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os impostos e contribuições diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados.

A Companhia reconhece também os impostos e contribuições diferidos ativos sobre os saldos recuperáveis de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL. A recuperabilidade dos impostos e contribuições diferidos é analisada periodicamente, conforme descrito na Nota 5.3.

(b) Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro apresentam a seguinte reconciliação, com base na alíquota nominal brasileira:

	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	381.723	382.170
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(129.786)	(129.938)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos		
Equivalência patrimonial	(264)	(4.523)
Doações e subvenções para investimentos	53.179	38.244
Incentivo fiscal	38.760	32.221
Crédito referente a não incidência de IR e CS sobre SELIC de indêbitos (i)	(26.507)	63.827
Constituição de prejuízo fiscal de exercícios anteriores		3.843
Juros sobre SELIC de indêbitos	8.465	
Juros sobre IPCA do rendimento de aplicação financeira	5.139	
Outras adições permanentes, líquidas	(2.065)	(759)
IRPJ e CSLL apurados	(53.079)	2.915
Correntes	(11.348)	(21.573)
Diferidos	(41.731)	24.488
IRPJ e CSLL no resultado	(53.079)	2.915
Taxa efetiva - %	13,91	(0,76)

- (i) A Companhia constituiu, de acordo com as normas CPC 32 / IAS 12 "Tributos sobre o lucro" e a Interpretação Técnica ICPC 22 / IFRIC 23 "Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro", uma provisão para créditos referente a não incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) recebidos em razão de reembolso de pagamento indevido. A decisão do Recurso Especial (RE) julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 24 de setembro de 2021 ainda não foi transitada em julgado, cabe recurso. A Companhia entrou com ação judicial a respeito do assunto, cujos resultados favoráveis são considerados prováveis. No exercício de 2022, foi realizada a análise do potencial impacto da aplicação da referida tese para o período sub judice, resultando um estorno no montante de R\$ 26.507. Com isso, a Companhia reclassificou o montante de R\$ 31.654 para a rubrica de "Imposto de renda e contribuição social a recuperar" e também, realizou uma realocação por natureza no montante de R\$ 5.665 para "Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa" na rubrica de "Imposto de renda e contribuição social diferidos".

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Composição dos saldos patrimoniais de IRPJ e CSLL diferidos

	2022	2021
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa (i)	5.665	529
Crédito referente a não incidência de IRPJ e CSLL sobre SELIC de indêbitos (i)		63.827
Créditos tributários sobre diferenças temporárias		
Provisões judiciais	60.267	53.347
Provisão de participação no resultado, gratificações e dissídio	9.440	7.853
Provisão para encargos de energia	1.037	969
Uso de bem público	68.102	72.234
Provisão para perdas de estoques	8.818	7.464
Obrigações com descomissionamento de ativos	4.847	6.165
Impairment de ativos	340	602
Instrumento financeiro - Compromisso firme	42.681	4.089
Diferimento da variação cambial - efeito no resultado	4.753	28.476
Diferimento de perdas em contratos de derivativos	8.191	
Perda de crédito esperada	2.777	3.764
Ajuste a valor justo - Lei nº 4.131/1962		2.288
Outros créditos	8.666	9.085
Débitos tributários sobre diferenças temporárias		
Ajustes de vida útil do imobilizado (depreciação)	(333.741)	(321.249)
Mais valia de ativos incorporados ao custo do imobilizado	(7.700)	(7.972)
Amortização fiscal de ágio	(9.015)	(4.688)
Juros capitalizados	(21.757)	(24.288)
Repactuação do risco hidrológico	(18.107)	(18.956)
Diferimento sobre risco de crédito de dívidas avaliadas ao valor justo	(1.109)	(2.228)
Ajuste a valor presente	(4.871)	(4.196)
Ajuste a valor justo - Lei nº 4.131/1962	(2.606)	
Diferimento de ganhos em contratos de derivativos		(9.827)
Outros débitos	4	(26)
Líquido	(173.318)	(132.738)

(i) Conforme item (i) na Nota 1(b) acima.

(d) Efeito dos impostos e contribuições diferidos no resultado do exercício e no resultado abrangente

	Nota	2022	2021
Saldo no início do exercício		(132.738)	(163.163)
Efeito no resultado		(41.731)	24.488
Efeito em outros componentes do resultado abrangente - risco de crédito de dívidas avaliadas ao valor justo	25(d)	1.119	5.856
Efeito em outros componentes do resultado abrangente - perdas atuariais e mensurações com benefícios de aposentadoria	25(d)	32	82
Outros			(1)
Saldo no final do exercício		(173.318)	(132.738)

22 Provisões e depósitos judiciais

(a) Práticas contábeis

(i) Provisões de ações judiciais de natureza tributária, cível, trabalhista e ambiental

A Companhia é parte em processos em andamento de natureza tributária, cível, trabalhista e ambiental, que estão sendo discutidos na esfera administrativa ou judicial, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais.

As provisões para as perdas decorrentes de passivos contingentes classificados como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados; (ii) é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, a Companhia considere sua divulgação justificada. A classificação das perdas entre prováveis, possíveis e remotas, baseia-se na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos.

As provisões cíveis, tributárias e ambientais são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação, essas variações são reconhecidas no resultado do exercício. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

A provisão trabalhista é realizada inicialmente com base no valor histórico médio de liquidação dos processos, sendo a média determinada separadamente por negócio e por: (i) processos próprios; e (ii) processos de terceiros em que a Companhia tem responsabilidade solidária e / ou subsidiária.

Para processos de funcionários próprios com perda provável acima de R\$ 500, as provisões são mensuradas baseadas em uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação.

Adicionalmente, processos que entrarem na fase de execução, terão sua provisão atualizada para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), para funcionários próprios e / ou terceiros insolventes.

(ii) Obrigações com descomissionamento de ativos (*Asset Retirement Obligation* – “ARO”)

A mensuração das obrigações com descomissionamento de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/recuperar o meio ambiente para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade, ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem, principalmente, de custos associados com o encerramento das atividades. Por serem obrigações de longo prazo são ajustadas a valor presente. O custo com descomissionamento de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo de direito mineral, que é amortizado ao longo de sua vida útil. As políticas contábeis referentes à contrapartida ativa da obrigação com descomissionamento de ativos, estão divulgadas na Nota 17(a).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A taxa de juros utilizada para trazer as obrigações com descomissionamento de ativos a valor presente é estimada através da taxa livre de risco do mercado americano (*Treasury USA 30y Yield*) adicionando o risco país e diferencial de inflação. O valor da provisão aumenta progressivamente ao longo do tempo à medida que o efeito do desconto a valor presente é desfeito, resultando em uma despesa reconhecida no resultado financeiro.

O passivo constituído é atualizado por meio de revisões anuais que incluem:

- revisão da vida útil das minas conforme as reservas estimadas;
- revisão da estimativa de recuperação de minas que tiveram atualização de planos de fechamento;
- revisão da taxa de desconto.

Mudanças na estimativa de fechamento são adicionadas ou deduzidas do ativo relacionado, até o limite do saldo residual do ativo, e amortizadas em uma base prospectiva ao longo da vida útil remanescente. O montante da mudança da estimativa que exceder o limite do saldo residual do ativo é reconhecido no resultado do exercício na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas".

O cronograma esperado das saídas de caixa associadas ao processo de restauração e recuperação varia no intervalo de 9 a 50 anos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição e movimentação

						2022
						Processos judiciais
	ARO e termos de compromisso (i)	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Ambientais	Total
Saldo no início do exercício	46.473	144.122	18.907	15.022	2.613	227.137
Adições	1.570	13.910	5.888	9.024	4.329	34.721
Reversões		(5.929)	(1.868)	(4.961)	(444)	(13.202)
Depósitos judiciais, líquidos das baixas		(6.580)	41	360		(6.179)
Liquidações com depósitos judiciais			(44)	(2.968)		(3.012)
Liquidações com efeito caixa	(1.051)	(239)	(2.248)	(3.548)	(7)	(7.093)
Ajuste a valor presente	2.901					2.901
Revisão de provisão por mudança da estimativa - ativo	(9.466)					(9.466)
Revisão de provisão por mudança da estimativa - resultado	(6.636)					(6.636)
Atualização monetária, líquida das reversões		25.335	(5.233)	(737)	(1.349)	18.016
Saldo no final do exercício	33.791	170.619	15.443	12.192	5.142	237.187
Provisões	33.791	186.516	15.446	24.493	5.142	265.388
Depósitos judiciais		(15.897)	(3)	(12.301)		(28.201)
Saldo no final do exercício	33.791	170.619	15.443	12.192	5.142	237.187

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

						2021
						Processos judiciais
	ARO e termos de compromisso (i)	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Ambientais	Total
Saldo no início do exercício	48.366	150.054	27.853	17.413	2.362	246.048
Adições		7.199	6.747	13.443	380	27.769
Reversões		(10.271)	(7.753)	(8.491)	(589)	(27.104)
Depósitos judiciais, líquidos das baixas		1.394		108		1.502
Liquidações com depósitos judiciais				(2.842)		(2.842)
Liquidações com efeito caixa	(440)	(11.327)	(7.121)	(3.891)	(31)	(22.810)
Ajuste a valor presente	2.882					2.882
Revisão de provisão por mudança da estimativa - ativo	(4.191)					(4.191)
Revisão de provisão por mudança da estimativa - resultado	(144)					(144)
Atualização monetária, líquida das reversões		7.073	(819)	(718)	491	6.027
Saldo no final do exercício	46.473	144.122	18.907	15.022	2.613	227.137
Provisões	46.473	153.439	18.951	27.683	2.613	249.159
Depósitos judiciais		(9.317)	(44)	(12.661)		(22.022)
Saldo no final do exercício	46.473	144.122	18.907	15.022	2.613	227.137

(i) "ARO" - *Asset Retirement Obligation* (Obrigações de descomissionamento de ativos) e termos de compromisso.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Comentários sobre as provisões com probabilidade de perda provável
(c.1) Provisões tributárias

Refere-se, principalmente, à discussão sobre a legalidade do recolhimento de tributos federais, estaduais e municipais. As principais ações tributárias consistem na cobrança de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), PIS (Programa de Integração Social), COFINS e imposto de renda e contribuição social (IRPJ e CSLL).

(c.2) Provisões cíveis

Refere-se, principalmente, à discussão sobre processos cíveis de natureza administrativa e judicial. Referidas contingências são originárias de processos com distintas naturezas jurídicas, ressaltando-se ações de indenização por dano material e dano moral, ações de cobranças, execuções e pedidos administrativos.

(c.3) Provisões ambientais

A Companhia está sujeita a leis e regulamentos e estabeleceu políticas e procedimentos voltados ao cumprimento de toda e quaisquer normas ambientais aplicáveis.

A Companhia conduz regularmente verificações para identificar riscos legais ambientais de modo a garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos.

Ademais, as provisões ambientais da Companhia referem-se, principalmente, a processos administrativos ou judiciais que discutem a qualidade ambiental de determinadas operações.

(d) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

A Companhia tem ações envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída.

	2022	2021
Cíveis	237.143	218.043
Tributários (i)	1.217.282	1.112.328
Ambientais	23.460	20.573
	<u>1.477.885</u>	<u>1.350.944</u>

(i) Compensação financeira pela Exploração de Recursos Minerais ("CFEM")

A Companhia possui diversas autuações lavradas pela Agência Nacional de Mineração - "ANM" por suposta falta de pagamento ou recolhimento a menor de CFEM, dos períodos de 1991 a 2015. Em 31 de dezembro de 2022, o valor em contingência dessas ações totaliza o montante de R\$ 250.258 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 290.726). A Companhia entende que R\$ 88.362 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 70.571) é o montante de perda provável, o qual está devidamente provisionado, e R\$ 161.896 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 220.155) é o montante de perda possível. Atualmente, os processos encontram-se na fase administrativa ou judicial.

23 Uso de bem público**(a) Práticas contábeis**

O uso de bem público é originalmente reconhecido como um passivo financeiro (obrigação) e como um ativo intangível (direito de uso de um bem público), que corresponde ao montante das despesas totais anuais ao longo do período do contrato descontado a valor presente (valor presente dos fluxos de caixa futuros de pagamento).

(b) Composição

A Companhia possui um contrato de concessão do setor de energia elétrica para a operação de uma planta hidroelétrica (Pedra do Cavalo), o qual permite que a Companhia seja autoprodutor. A planta é localizada no rio Paraguaçu, no estado da Bahia, e tem uma capacidade total instalada de 160 MW e uma garantia física de 60 MW. Esse contrato prevê pagamentos anuais a partir do início da operação e reajuste pelo IGPM para uso de bem público com prazo de duração até abril de 2044 (42 anos), e o valor da obrigação está demonstrado a seguir:

						2022		2021	
Usina	Investidora	Participação	Data início da concessão	Data fim da concessão	Data início do pagamento	Ativo intangível (Nota 17)	Passivo	Ativo intangível (Nota 17)	Passivo
Pedra do Cavalo	Votorantim Cimentos N/NE S.A.	100%	Mar/03	Abr/04	Abr/06				
Circulante							54.932		50.344
Não circulante						143.830	656.858	150.572	661.860
						<u>143.830</u>	<u>711.790</u>	<u>150.572</u>	<u>712.204</u>

24 Plano de pensão

(a) Práticas contábeis

(i) Obrigações de aposentadoria

A Companhia participa de planos de pensão, administrados por entidade fechada de previdência privada, que provêm a seus empregados benefícios pós-emprego determinados por cálculos atuariais periódicos. A Companhia tem planos de benefício definido e, também, de contribuição definida.

O passivo com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação ou direito de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, com o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando-se taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e têm prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. Em países como o Brasil, onde não existe mercado ativo em tais obrigações, são utilizadas as taxas de mercado sobre títulos do governo. Ganhos e perdas, também chamados de "Remensurações", decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos integralmente em "Outros componentes do resultado abrangente", e não serão reclassificadas para o resultado no exercício em que são realizadas.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Para os planos de contribuição definida, a Companhia paga contribuições para os administradores dos planos de pensão em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. A Companhia não tem mais obrigações de pagamento uma vez que as contribuições tiverem sido pagas. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando são devidas. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

(b) Composição

A tabela a seguir demonstra onde estão alocados os saldos e atividades referentes ao benefício pós-emprego na demonstração financeira da Companhia.

A Companhia realiza a compensação, para os planos de benefício definido, das obrigações de cada plano com seus respectivos ativos. Os saldos são apresentados líquidos no ativo, para os planos superavitários, e líquidos no passivo, para os planos deficitários.

	2022	2021
Direito registrado no balanço patrimonial		
Planos de pensão superavitários	2.131	2.032
Ativo registrado no balanço patrimonial (i)	2.131	2.032
Despesas reconhecidas no resultado do exercício		
Benefícios de saúde pós-emprego	148	114
Remensurações reconhecidas no resultado abrangente		
Plano de pensão - valor bruto	(96)	(240)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(33)	82
Plano de pensão - valor líquido	(129)	(158)

(i) Os saldos de benefícios de plano de pensão estão registrados na rubrica de "Outros ativos" no grupo não circulante do balanço patrimonial.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Plano de contribuição definida

A Companhia patrocina planos de pensão previdenciários privados que são administrados pela Fundação Senador José Ermírio de Moraes (FUNSEJEM), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, que está disponível para todos os empregados. De acordo com o regulamento do fundo, as contribuições dos empregados à FUNSEJEM são definidas de acordo com sua remuneração. Para empregados que possuam remuneração menor do que os limites estabelecidos pelo regulamento, a contribuição definida é de até 1,50% de sua remuneração mensal. Para empregados que possuam remuneração superior aos limites, a contribuição definida é de até 6,00% da sua remuneração mensal. Podem ser feitas também contribuições voluntárias à FUNSEJEM, estas contribuições voluntárias não exigem nenhum pagamento adicional da Companhia.

As contribuições realizadas pela Companhia, são registradas no resultado do exercício em que são devidas.

(d) Plano de benefício definido e benefícios pós-emprego (planos de pensão e saúde)

A Companhia possui planos de benefícios previdenciários definidos no Brasil. O custo dos benefícios por aposentadoria e outros benefícios desses planos, concedidos aos empregados elegíveis, é determinado através do método do benefício projetado "pró rata", tomando como base a melhor estimativa da Administração para o retorno dos ativos do plano, reajuste de salários, tendências de custos e as taxas de mortalidade e idade média de aposentadoria dos empregados.

Os montantes reconhecidos no balanço patrimonial estão demonstrados a seguir:

	2022	2021
Valor presente de obrigações financiadas	(37.437)	(38.202)
Valor justo de ativos do plano	70.244	67.660
Superávit total de planos de benefícios previdenciários	32.807	29.458
Impacto do requerimento mínimo do fundo / máximo dos ativos	(30.676)	(27.426)
Ativo líquido	2.131	2.032

A movimentação da obrigação do benefício definido/benefícios de saúde pós emprego e do valor justo dos ativos dos planos durante o exercício é demonstrada a seguir:

	Valor presente das obrigações	Valor justo dos ativos do plano	Total	Impacto do requerimento mínimo dos fundos / limite do ativo	Total
Em 1º de janeiro de 2022	(38.202)	67.660	29.458	(27.426)	2.032
Custo do serviço corrente	(29)		(29)		(29)
Despesa (receita) financeira	(3.080)	5.601	2.521	(2.345)	176
	(3.109)	5.601	2.492	(2.345)	147
Remensurações					
Constituição dos ativos, excluindo a quantia incluída como receita financeira		1.752	1.752		1.752
Perdas decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	2.409		2.409		2.409
Ganhos decorrentes da experiência	(3.352)		(3.352)		(3.352)
Mudanças no limite do ativo, excluindo a quantia incluída como despesa financeira				(905)	(905)
	(943)	1.752	809	(905)	(96)
Variações cambiais					
Contribuições - empregador		48	48		48
Pagamentos dos planos - benefícios	4.817	(4.817)			
Em 31 de dezembro de 2022	(37.437)	70.244	32.807	(30.676)	2.131

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Valor presente das obrigações	Valor justo dos ativos do plano	Total	Impacto do requerimento mínimo dos fundos / limite do ativo	Total
Em 1º de janeiro de 2021	(47.698)	59.493	11.795	(9.682)	2.113
Custo do serviço corrente	(33)		(33)		(33)
Despesa (receita) financeira	(3.128)	4.089	961	(813)	148
	(3.161)	4.089	928	(813)	115
Remensurações					
Constituição dos ativos, excluindo a quantia incluída como receita financeira		7.307	7.307		7.307
Perdas decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	7.093		7.093		7.093
Perdas decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	2.291		2.291		2.291
Ganhos decorrentes da experiência					
Mudanças no limite do ativo, excluindo a quantia incluída como despesa financeira				(16.931)	(16.931)
	9.384	7.307	16.691	(16.931)	(240)
Variações cambiais					
Contribuições - empregador	2	42	44		44
Pagamentos dos planos - benefícios	3.271	(3.271)			
Em 31 de dezembro de 2021	(38.202)	67.660	29.458	(27.426)	2.032

Os ativos do plano incluem:

Ativos do plano incluem:	2022	2021
Ações		
Instituições financeiras	24.677	23.916
Títulos públicos	45.299	43.448
Outros	268	296
	70.244	67.660

As premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	2022	2021
Taxa de desconto	10,22%	8,55%
Taxa da inflação	3,98%	3,25%
Retorno esperado sobre os ativos do plano		
Aumentos salariais futuros	2,87%	2,82%
Aumentos de planos de pensão futuros	3,98%	3,25%

As premissas referentes a experiência de mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários. As premissas de mortalidade baseiam-se na seguinte tabela de mortalidade pós-aposentadoria:

- Brasil: AT-2000.

A sensibilidade da obrigação às mudanças nas principais premissas, mantendo as outras premissas constantes:

	Impacto na obrigação de benefício definido		
	Mudança na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa
Taxa de desconto	0,25%	Diminuição de 1,71%	Aumento de 1,77%
Expectativa de vida		Aumento de 1 na premissa	Redução de 1 na premissa
		Diminuição de 2,76%	Aumento de 2,77%

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As análises de sensibilidade acima se baseiam em uma mudança na premissa enquanto são mantidas constantes todas as outras premissas. Na prática, não é provável que isso ocorra, sendo que as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas. No cálculo da sensibilidade da obrigação de benefício definido em relação às premissas atuariais significativas foi aplicado o mesmo método (valor presente da obrigação de benefício definido calculado com base no método da unidade de crédito projetada na data do balanço), como no cálculo da obrigação dos planos de pensão reconhecida no balanço patrimonial.

Os métodos e tipos de premissas usados na preparação da análise de sensibilidade não sofreram alteração na comparação com o exercício anterior.

25 Patrimônio líquido

(a) Práticas contábeis

(i) Capital social

É representado por ações ordinárias e preferenciais que são classificadas no patrimônio líquido.

(ii) Distribuição de dividendos

É reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Os titulares de ações preferenciais classe B de emissão da Companhia têm prioridade na distribuição de dividendo mínimo de 6% ao ano, calculado sobre o valor representativo dessas ações, não inferior ao mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social, de 25% do lucro líquido do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório após as deduções legais, somente é provisionado na data de aprovação, pelos acionistas, em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de dividendos.

(iii) Lucro básico por ação

O lucro por ação é calculado dividindo o lucro líquido atribuído aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para o exercício. A média ponderada de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação. Para fins de cálculo do lucro por ação, a Companhia considera tanto as ações ordinárias quanto as ações preferenciais, uma vez que ambas possuem os mesmos direitos com relação a dividendos e distribuição de lucros.

A Companhia não possui instrumentos ou acordos que possam ter um efeito dilutivo no cálculo do lucro por ação.

(iv) Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(v) Reserva de incentivos fiscais

A Companhia recebe, no Brasil, incentivos oriundos de programas estaduais e federais para promover o desenvolvimento industrial, conforme explicado abaixo:

Os incentivos fiscais estão relacionados principalmente a:

ICMS: A Companhia possui incentivos fiscais sobre o ICMS relativos a programas estaduais de desenvolvimento industrial que consistem no financiamento, diferimento do pagamento ou crédito presumido. O objetivo desses programas estaduais é promover, em longo prazo, o desenvolvimento das atividades industriais, a geração de empregos e fomentar o desenvolvimento econômico e social dos estados. Os prazos e termos dos incentivos estão estabelecidos em cada programa, com vencimentos até 2032. Esses incentivos são registrados no resultado do período de apuração do imposto e quando a Companhia atende às condições estabelecidas pelos programas estaduais.

Imposto de renda sobre o lucro das operações em determinadas regiões: A Companhia tem o benefício de redução parcial do imposto de renda devido, relacionado a algumas operações regionais como cimento, argamassa e clínquer. O incentivo fiscal é mensurado com base no lucro operacional tributável apurado de acordo com as regras de incentivo fiscal (identificado como "lucro da exploração") dos projetos específicos que são beneficiados pelo incentivo durante um período determinado estabelecido pelo fisco. Os incentivos fiscais da Companhia expiram em períodos diferentes entre 2025 e 2029. De acordo com as regras do benefício, um montante igual ao benefício fiscal (a redução do imposto de renda) deve ser alocado a uma conta de reserva ("Reserva de incentivos fiscais") dentro do patrimônio líquido da pessoa jurídica que tem o benefício e o saldo dessa reserva não pode ser distribuído aos acionistas.

A receita auferida com subsídios do governo na Companhia é alocada da receita do ano para a reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido. Esses incentivos não são incluídos no cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

(vi) Ajuste de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial incluem:

- Ajustes acumulados de conversão com as diferenças de câmbio decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de operações no exterior;
- Parcela efetiva com diferenças de câmbio de *hedge* de investimentos líquidos da Companhia em uma operação no exterior;
- Perdas (ganhos) atuariais e mensurações com benefícios de aposentadoria; e
- Outros componentes do resultado abrangente das investidas.

(b) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 335.906, composto por 17.294.725 ações ordinárias e 5.641.689 ações preferenciais (6.086 da classe "A" e 5.635.603 da classe "B").

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Dividendos

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram calculados dividendos prioritários referente a ações preferenciais classe B no montante de R\$ 32.885 e mínimos obrigatórios no montante de R\$ 24.877, que serão deliberados em Assembleia Geral Ordinária juntamente com a deliberação destas demonstrações financeiras.

Em 19 setembro de 2022, foram pagos dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício de 2019 no montante de R\$ 34.409.

	2022	2021
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	328.644	385.085
Reserva legal - 5% (até o limite de 20% sobre o capital social)	(4.262)	(19.254)
Dividendos prioritários ações preferenciais classe B (6% ao ano sobre o valor representativo das ações preferenciais classe B)	(32.885)	(33.741)
Reserva para incentivos fiscais	(191.989)	(143.555)
Base de cálculo dos dividendos	99.508	188.535
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% conforme estatuto	24.877	47.134
Quantidade total de ações, em milhares	22.936.414	22.936.414
Dividendos por lote de mil ações - R\$	1,08	2,05

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma
(d) Outros resultados abrangentes da controladora

	Nota	Perdas atuariais e mensurações com benefícios de aposentadoria	Risco de crédito de dívidas avaliadas a valor justo	Outros componentes do resultado abrangente	Total
Em 1º de janeiro de 2021		210	15.690	(122)	15.778
Perdas sobre os ativos de plano de pensão das investidas		(76)			(76)
Participação nos outros resultados abrangentes das investidas				(584)	(584)
Risco de crédito de dívidas avaliadas ao valor justo			(17.224)		(17.224)
Tributos diferidos	21(d)	(82)	5.856		5.774
Em 31 de dezembro de 2021		52	4.322	(706)	3.668
Em 1º de janeiro de 2022		52	4.322	(706)	3.668
Perdas sobre os ativos de plano de pensão das investidas		(97)			(97)
Risco de crédito de dívidas avaliadas ao valor justo			(3.290)		(3.290)
Participação nos outros resultados abrangentes das investidas				233	233
Tributos diferidos	21(d)	(32)	1.119		1.087
Em 31 de dezembro de 2022		(77)	2.151	(473)	1.601

26 Receita líquida de contratos com clientes

(a) Práticas contábeis

A receita é determinada com base no valor que a Companhia espera receber pela venda de produtos e serviços prestados no curso normal dos negócios da entidade, já deduzidos de perdas esperadas e quaisquer eventos que possam impactar a mensuração do valor da transação. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece uma receita quando: (i) existe um contrato ou acordo com um cliente e a Companhia que cria direitos e obrigações exequíveis; (ii) a obrigação de performance do contrato é identificável e inclui a promessa de transferência de produtos ou serviços a um cliente; (iii) o preço da transação é valor da contraprestação definido em contrato que pode ser mensurado com segurança e pode ser alocado para cada obrigação de performance; (iv) o preço da transação é alocado a cada obrigações de performance com base no seu preço de venda individual para cada produto ou serviço distinto prometido no contrato; (v) a entidade reconhece a receita quando ela satisfaz as obrigações de desempenho transferindo um produto ou serviço ao cliente, que ocorre no momento em que o cliente obtém o controle sobre tal serviço ou produto. O valor da receita reconhecida é o valor alocado para a obrigação de desempenho satisfeita.

A prática geral da Companhia é reconhecer a receita, e os custos associados quando a entidade satisfaz a obrigação de desempenho:

- (i) Contratos com clientes relacionados com a venda de cimento, agregados, argamassas, matéria-prima e outros tem como obrigação de desempenho a entrega dos produtos para os clientes. Dessa forma, a receita é reconhecida quando a obrigação de desempenho é cumprida, ou seja, quando o produto é entregue ao cliente;
- (ii) Os contratos de concreto pronto preveem a entrega do concreto em uma única entrega, deste modo, a obrigação de desempenho é satisfeita no momento em que o concreto é entregue ao cliente. Para contratos em que determinado volume de concreto é entregue por um período, como projetos de construção de longo prazo (que geralmente não são superiores a um ano), a obrigação de desempenho é satisfeita ao longo do tempo com base nos volumes entregues no período do contrato.

Um passivo de contrato é reconhecido quando a Companhia tem a obrigação de transferir produtos ou serviços para um cliente para os quais a entidade já recebeu as contraprestações. O reconhecimento do passivo de contrato ocorre na competência do recebimento das contraprestações e liquidadas quando do cumprimento da obrigação de performance por parte da entidade. Tais passivos de contratos são apresentados como adiantamento de clientes.

Para alguns contratos com clientes, a Companhia oferece *rebates* de volume, que são liquidados na forma de produtos ou dinheiro a serem entregues em gratuidade aos referidos clientes - quando do atingimento de certos volumes de compra estabelecidos. A Companhia aplica o método do valor esperado para estimar a contraprestação variável do contrato. A Companhia então aplica os requisitos de restrição de estimativas de contraprestação variável para determinar o valor da contraprestação variável que pode ser incluído no preço da transação e reconhecido como receita. Um passivo de restituição é reconhecido para os descontos futuros esperados (ou seja, o valor não incluído no preço da transação), de acordo com o valor que a entidade estima entregar ao cliente. A Companhia baseia suas estimativas no histórico anterior, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. A Companhia atualiza suas estimativas de passivo de restituição (e a mudança correspondente no preço da transação) no final de cada exercício.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição

	2022	2021
Vendas brutas		
Venda de produtos e serviços para o mercado brasileiro	4.327.429	3.483.976
Venda de produtos e serviços para mercados fora do Brasil	6.764	12.550
	4.334.193	3.496.526
Impostos sobre vendas, serviços e outras deduções	(1.126.516)	(909.081)
Receitas líquidas de clientes	3.207.677	2.587.445

27 Abertura de despesas por natureza

	2022	2021
Salários, encargos e benefícios	229.929	210.760
Insumos e materiais de consumo	558.541	389.401
Frete	615.690	464.969
Depreciação, exaustão e amortização	180.159	172.127
Energia elétrica	131.840	102.950
Combustíveis	487.714	308.403
Manutenção e conservação	182.617	153.552
Despesa de serviços diversos	132.815	102.704
Embalagens	94.858	81.111
Impostos, taxas e contribuições	10.377	2.781
Aluguéis e arrendamentos	15.644	9.053
Despesas comerciais e marketing	3.056	2.978
Provisões para perdas	9.667	7.108
Outros	60.407	36.563
	2.713.314	2.044.460
Reconciliação		
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	2.544.783	1.881.384
Despesas com vendas	106.517	91.197
Despesas gerais e administrativas	62.014	71.879
	2.713.314	2.044.460

28 Outras receitas operacionais, líquidas

	2022	2021
Benefícios fiscais - investimento	156.407	112.482
Receita de coprocessamento	1.771	2.246
Ganho líquido na venda de sucata	2.897	2.262
Recuperação de tributos	478	759
Contratos futuros de energia - valor justo	(113.505)	(267)
Ganho (perda) líquido na venda de imobilizado e intangível	430	(539)
Gastos com projetos	(1.510)	(824)
Provisão com despesa de escória		(1.475)
Provisão com débitos tributários		(2.513)
Provisão para impairment de créditos tributários		(2.252)
Provisão de renegociação contratual		(7.500)
Provisão para obsolescência em estoques	(3.983)	(369)
Provisões judiciais líquidas	(19.949)	(665)
Outras despesas operacionais, líquidas	(6.307)	(19.139)
	16.729	82.206

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 Resultado financeiro, líquido
(a) Práticas contábeis

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem, principalmente:

- Receitas e despesas de juros reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos;
- Custos para pré-pagamento de empréstimos, incluindo amortização de custos de captação;
- Ganhos e perdas geradas pela remensuração de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não contas a receber);
- Ganhos/perdas líquidas nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado; e
- Reclassificações de ganhos/perdas líquidas previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes.

(b) Composição

	Nota	2022	2021
Receitas financeiras			
Rendimentos sobre aplicações financeiras		36.876	1.388
Valor justo dos empréstimos e financiamentos	19(d)	36.295	17.711
Juros sobre ativos financeiros		31.586	11.568
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)	13.848	30.880
Reversão de atualização monetária de provisões		17.457	37.886
Atualização monetária sobre ativos		8.625	3.241
Descontos obtidos			116
Juros sobre operações de partes relacionadas	13(c)	3.849	12.704
		<u>148.536</u>	<u>115.494</u>
Despesas financeiras			
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)	(104.927)	(21.200)
Capitalização de juros sobre empréstimos	16(c)	1.874	5.284
Juros e encargos sobre uso de bem público		(42.287)	(120.603)
Atualização monetária sobre provisões e outros passivos		(40.125)	(55.916)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e outros		(30.894)	(27.553)
Correção monetária sobre empréstimos e financiamentos		(25.104)	(31.512)
Valor justo dos empréstimos e financiamentos	19(d)	(19.690)	(21.803)
Ajuste a valor presente - CPC 12		(11.721)	(7.013)
Instrumentos financeiros derivativos com partes relacionados	13(c)	(4.052)	(865)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras		(3.373)	(1.202)
Custos com captação de empréstimo		(1.256)	(3.635)
IR sobre remessas de juros ao exterior		(1.083)	(1.388)
Juros sobre impostos a pagar		(312)	(460)
Encargos sobre operações de descontos		(70)	(2.553)
Outras despesas financeiras		(11.115)	(14.511)
		<u>(294.135)</u>	<u>(304.930)</u>
Ganho (perda) cambial, líquido		17.006	(40.281)
		<u>(128.593)</u>	<u>(229.717)</u>

30 Compromissos de longo prazo

A Companhia possui determinados tipos de contratos de compra de matérias-primas específicas que se destinam a substituir parcialmente o clínquer, principal componente do produto cimentício. Há também outros contratos de compra com o objetivo de substituir o uso de energia fóssil por fontes alternativas de energia. Os vencimentos variam de contrato para contrato, sendo o mais longo finalizado em 2042.

A Companhia também firmou contratos de fornecimento de energia elétrica de longo prazo para as operações brasileiras, que visam suprir eventuais necessidades adicionais que não seriam atendidas por suas próprias usinas hidrelétricas. Alguns deles são contratos com partes relacionadas.

31 Eventos subsequentes

(a) Distribuição de dividendos intercalares

Em 17 de março de 2023, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalares aos acionistas relacionados ao resultado do exercício de 2022 no montante de R\$ 121.960, os quais serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório e dividendos prioritários do exercício após deliberação e aprovação da Assembleia Geral Ordinária. O montante foi pago em 21 de março de 2023.



VOTORANTIM
cimentos